

**ATA N.º 03/2013**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 27 de dezembro de 2013 -----

----- Aos 27 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 14,15 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 – Eleição do Presidente da Junta e seu substituto (também Presidente de Junta) que fará parte na Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 6.º dos Estatutos daquela Associação;-----
- 3 – Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES do Baixo Mondego, prevista na alínea b) do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22/02;-----
- 4 - Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, nos termos do art.º 16.º, n.º 1, al. b) do Decreto-Lei 188/2003, de 20 de Agosto;-----
- 5 - Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nos termos do art.º 16.º, n.º 1, al. b) do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto;-----
- 6 - Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede, nos termos do art.º 16.º, n.º 1, al. b) do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto;-----
- 7 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal (eleitos diretamente) para constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 83 da Lei n.º 75/2013, de 12/09;-----

- 8** - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro;-----
- 9** - Eleição do representante da Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão Municipal para o Licenciamento Comercial – Lei n.º 12/2004, de 30 de Março e Portaria n.º 518/2004, de 20 de Maio;-----
- 10** - Designação do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento;-----
- 11** - Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do artigo 5.º do Dec.- Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Covões e Camarneira para participar na construção de passeios, nos lugares de Carvalheira e Lontro;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Portunhos e Outil para participar na requalificação da Escola Velha de Outil;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Sepins e Bolho para participar na construção do Polidesportivo de Sepins;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Febres para participar nas despesas com a requalificação da casa Carlos de Oliveira;-----

**16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Cantanhede e Pocariça para participar na reaplicação do piso sintético do Parque Desportivo da Pocariça;-----

**17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Febres destinado ao Coro Infantil de Febres;-----

**18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de doação de bens móveis a diversas freguesias do Concelho;-----

**19** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio ao investimento ao Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, destinado à construção do edifício do Biocant III;-----

**20** – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da renovação de 11 contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e redução de 40,5% em 2013 de contratos a termo certo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Cantanhede;-----

**21** - Apreciação, discussão e votação da proposta do Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho de Administração da Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA e indicação do Fiscal Único;-----

**22** - Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para a limpeza urbana para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA;-----

**23** - Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para as Piscinas Municipais para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA;-----

**24** - Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para a Quinta Agrícola Biológica para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA;-----

**25** - Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para os Transportes Urbanos de Passageiros para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA;-----

**26** - Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para o Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA;-----

**27** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Cantanhede;-----

**28** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Cantanhede;-

**29** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Cantanhede;-----

**30** – Apreciação, discussão e votação da alteração ao artigo 23.º dos estatutos da “INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA;-----

**31** - Apreciação, discussão e votação da nova constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e eleição do Presidente da Junta de Freguesia que representará a Assembleia Municipal naquela Comissão;-----

**32** – Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal de 17/12/2013 / Para conhecimento;-----

**33** – Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual em diversos procedimentos com impacto nos exercícios económico de 2014 e seguintes;-----

**34** – Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual para o concurso público para: “Construção do Centro Escolar de Cantanhede”;-----

**35** – Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual para o concurso público para: “Construção do Pavilhão Desportivo de Febres”;-----

**36** - Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização prévia no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em atraso;-----

**37** - Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2014;-----

**38** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação dos capitais do seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais;-----

**39** - Apreciação, discussão e votação da quinta Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2013.-----

**40** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2014.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e pedidos de substituição, tendo-se verificado que apenas o Sr. Manuel Madeira Teixeira solicitou

a sua justificação de falta por motivos profissionais tendo, no entanto, entrado no decorrer da sessão.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foram presentes: A ata n.º 04/2013, da sessão da Assembleia Municipal de 4 de setembro de 2013, respeitante ao mandato anterior, a ata n.º 01/2013, da sessão de 11 de outubro de 2013 e a ata n.º 02/2013, da sessão extraordinária de 30 de outubro de 2013, ambas do atual mandato, as quais postas à votação, foram aprovadas por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 4 de setembro 2013 a 27 de dezembro de 2013, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou a Assembleia Municipal de que a ordem do dia que continha 40 assuntos seria corrigida por terem surgido, entretanto, algumas alterações à mesma. De seguida, justificou a extensão do número de pontos da agenda, pelos seguintes factos: 1) Ser a primeira Assembleia Ordinária do mandato, na qual é necessário proceder a diversas eleições para representantes da Assembleia Municipal em diversos Conselhos Gerais e outros cargos em diversas instituições, sendo 10 pontos relacionados com essas eleições; 2) Existirem 7 pontos na agenda relacionados com a apreciação da atribuição de subsídios pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, decorrentes da nova legislação que reforça as competências da Assembleia Municipal na sua ação fiscalizadora; 3) Existirem 10 pontos relacionados com a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social, EM-SA, dos quais 3 serão retirados, respeitantes a assuntos que, na sua maioria, vêm anualmente ou

no início do mandato à Assembleia; 4) O facto da realização de mais uma Assembleia acarretar um aumento de custos para o Município e o inconveniente que isso provocaria na vida profissional dos seus membros; 5) O facto da última reunião de Câmara, a qual demorou 5 horas, ter tido 50 assuntos para tratar, dos quais alguns necessitarem de deliberação da Assembleia Municipal antes da transição de ano. 6) O facto das deliberações daquela reunião camarária terem sido aprovadas por unanimidade à exceção do último ponto respeitante ao Orçamento e as Grandes Opções do Plano, prevendo-se assim que não haja discussões demoradas. Apesar das justificações que acabara de enumerar, reconheceu que se trata de uma agenda com um número excessivo de pontos e informou ter já falado com o Sr. Presidente da Câmara e com o Executivo Municipal no sentido de se tentar evitar no futuro, acumular tantos pontos numa única sessão, sendo preferível realizar-se algumas assembleias extraordinárias. Assim, apelou a que todos procurassem ser objetivos nas suas intervenções, sendo no entanto, garantido que a apreciação e discussão de qualquer dos pontos da agenda, não serão prejudicados. De seguida, passou à correção da agenda, informando que, o ponto 5 “Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nos termos do art.º 16.º, n.º. 1, al. b) do Decreto-Lei n.º. 188/2003, de 20 de Agosto” é retirado, em virtude dos Hospitais da Universidade de Coimbra e dos Hospitais dos Covões terem sido integrados no Centro Hospitalar de Coimbra, EPE, donde resultou, em termos de legislação, a alteração do seu Conselho Consultivo, a qual não implica que haja eleição de nenhum representante da Assembleia Municipal de Cantanhede. Comunicou ainda ter sido informado pelo Senhor Presidente da Câmara, de que os pontos 27, 28 e 29, respeitantes às propostas de alteração aos Regulamentos de Abastecimento Público de Água, das Águas

Residuais Urbanas e dos Resíduos Urbanos são também retirados por faltar ainda um parecer. Finalmente, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Moura, por forma a explicar o porquê da razão do pedido de inclusão de mais 2 pontos na referida agenda. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar a Mesa e todos os Membros da Assembleia Municipal, informou que os dois pontos a acrescentar à agenda de trabalhos têm a ver, o primeiro com uma autorização para celebração de um contrato de cessão de exploração do Biocant com a passagem para o Centro de Neurociências e o segundo, com uma autorização para a venda das participações que a ABAP e o Biocant detêm em sociedades comerciais.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual questionou se aqueles dois pontos podiam ser incluídos na agenda.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual informou que a Bancada do Partido Socialista não se opõe à introdução dos pontos em causa e questionou sobre a existência de documentação de suporte, para que a pudessem analisar. Apresentou também uma proposta, subscrita pelos membros da sua Bancada, do seguinte teor: *“Os Membros da Bancada do Partido Socialista propõem uma alteração da Ordem de Trabalhos e conseqüente reordenação dos pontos. Assim, propomos que o ponto 40, “Apreciação, discussão e votação da proposta de orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2014” seja introduzido no ponto 2, por forma a que se proceda a uma análise e discussão profunda, vigorosa e atempada do assunto em análise.”*-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, afirmando que a documentação de suporte chegará a seu tempo e que ele próprio explicará aqueles assuntos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, colocou à votação a inclusão na agenda do ponto 37 “Autorização para celebração do contrato de cessão de Exploração do Biocant” e do ponto 38 “Autorização para Alienação ou venda das participações que a ABAP e o Biocant detêm em Sociedades Comerciais”, tendo ambos sido aprovados por unanimidade. De seguida recordou que é prática da Assembleia Municipal que a aprovação dos Orçamentos fiquem para ser discutidos no final da agenda, não significando que os mesmos não sejam discutidos de forma séria e até à exaustão e colocou a proposta apresentada pelo Partido Socialista à votação tendo esta sido rejeitada, por maioria, com 24 votos contra, 1 abstenção e 8 votos a favor.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Sr. Filipe Ribeiro Figueiredo, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, fez as seguintes observações: 1) Deu os parabéns ao Executivo pela contenção que se tem vindo a fazer no que respeita à iluminação pública no Concelho, nomeadamente, entre Cantanhede e Ourentã; 2) Manifestou o seu desagrado pelo encerramento do ramal ferroviário entre a Figueira da Foz e a Pampilhosa, bem como pela retirada dos carris daquele ramal; 3) Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara uma atenção perante as tampas de saneamento localizadas nas Ruas juntas ao Centro de Saúde de Cantanhede, pois segundo ele, as mesmas encontram-se sobrelevadas, podendo causar danos aos carros que por ali circulam.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, alertou para uma notícia saída no Diário de Coimbra acerca de um casal que reside no Bairro de S. João, em Cantanhede, e que se encontra no limiar da pobreza. Referiu ainda que, da leitura efetuada, se depreende que diversas organizações e associações públicas de Cantanhede já estarão ao corrente da situação e questionou se o caso já se encontra sinalizado pelo Município e quais as medidas que vão ser efetivamente tomadas.-----

----- Interveio a Sr.<sup>a</sup> Enf.<sup>a</sup> Áurea Andrade, informando que a bancada do Partido Socialista pretende um pedido de esclarecimento do Executivo Camarário sobre o assunto do Hotel da Praia da Tocha, face às notícias divulgadas na comunicação social, nomeadamente, no Jornal de Notícias do dia 17/11/2013, que divulga a notícia de que a Comissão de Moradores da Praia da Tocha prepara uma queixa-crime contra o Município por alegada corrupção e favorecimento. Afirmou que estas são questões que atingem a honra do Município e que ao mesmo tempo são indiciosas de atingir o poder autárquico, pelo que a Bancada do Partido Socialista entende que deve ser detentora de informação que lhe permita defender a honra do Município e possa esclarecer os munícipes quando questionados sob o assunto em causa.-----

----- Falou, de seguida, em direito de resposta ao Sr. Dr. Luis Pato, a Sr.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Aidil Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede e Pocariça, informando que também ela havia lido a notícia sobre o casal que vivia no limiar da pobreza e informou que o mesmo nunca procurou ajuda junto da Junta de Freguesia. Informou ainda, que, relativamente ao Centro de Saúde, a Junta de Freguesia está aberta a realizar qualquer serviço, desde que seja solicitada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, em direito de resposta, reforçou as afirmações da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede e Pocariça sobre a questão do Centro de Saúde, afirmando que aquele terreno é da responsabilidade do Ministério da Saúde, da A.R.S. do Centro de Saúde, não tendo nada a ver nem com a Junta de Freguesia nem com a Câmara Municipal. Relativamente à questão da notícia que veio no jornal sobre o casal que vive em situação precária informou não ter conhecimento, solicitando que seja o Sr. Vereador, Dr. Pedro Cardoso a informar sobre o caso. Em relação à questão do Hotel da Praia da Tocha, informou apenas ter conhecimento do que vem saindo nos jornais e essas situações serão tratadas em sede própria.-----

----- De seguida, o Sr. Dr. Carlos Pessoa agradeceu a preocupação que a Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade demonstrou perante a notícia sobre o Hotel da Praia da Tocha, acrescentou que apenas sabe o que tem vindo nos jornais, desconhecendo-se mesmo se aquelas notícias têm algum fundamento e que, como ela, ninguém gosta de ver a Câmara Municipal envolvida num processo daquela natureza.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, acrescentando que não falou com ninguém do Jornal de Notícias, nem tomou parte na elaboração da referida notícia, logo, desconhece os contornos da mesma e acredita que ela teve origem noutras pessoas relacionadas com o processo em causa. De seguida, fez uma retrospectiva de todo o processo desde a hasta pública para venda do terreno para implantação do hotel, lembrou que os prazos de execução não foram cumpridos e falou de uma ação popular que vem sendo divulgada através dos jornais e que foi julgada improcedente. Informou ainda que, a Câmara Municipal, à semelhança do que acontece com outros processos, concedeu

ao promotor da construção do hotel, as prorrogações de prazo solicitadas, sempre dentro do que é permitido pelos Regulamentos e pela Lei. Relembrou também que, no caso concreto do hotel, devido à insolvência da empresa, houve um conjunto de procedimentos que se tiveram de efetuar e que foram acontecendo ao longo do tempo. Afirmou ainda que, o Executivo tudo fará para que, no final e se for possível, se possa construir um hotel na Praia da Tocha, o que seria uma mais-valia para a Praia da Tocha e para o Concelho. Informou ainda que, quando foi nomeado o liquidatário oficial do processo de insolvência, este solicitou ao município de Cantanhede para não promover no imediato a caducidade do alvará, porque ele próprio iria promover alguém que pudesse substituir-se ao anterior promotor e poder finalizar o processo. Trata-se de um processo complicado, pois a Câmara vendeu o lote de terreno a um privado e, a partir daí, esperou que esse privado construísse o que era esperado. Informou também não ter conhecimento de ter sido feita qualquer denúncia no DIAP, e que, nos primeiros dias de Janeiro, irá levar a Reunião de Câmara, um pedido formal ao DIAP para investigar aquele processo, esperando ter a solidariedade dos vereadores da oposição para aprovarem por unanimidade a constituição de um advogado para defender a honra da Câmara. Acrescentou que serão acautelados todos os interesses públicos e do Município de Cantanhede e que, possivelmente no futuro, a Câmara, e ele próprio, irá questionar o liquidatário oficial sobre se tem algum promotor e trará a Reunião de Câmara a caducidade do alvará, e até, nesse preciso momento, se irá meter uma ação judicial contra a massa insolvente para acautelar os interesses da Câmara Municipal. Num cenário mais complicado, informou que, se a Câmara Municipal for obrigada a fazer a receção daquela obra e se for feita uma avaliação daquilo que já foi construído, especulando-se esse valor em meio milhão de euros que já foram lá gastos, questionou se a

Câmara Municipal deverá pagá-los. Falou ainda do facto da Comissão de Moradores da Praia da Tocha considerar, com toda a legitimidade, que aquela construção deve ser destruída, posição com a qual concorda, mas voltou a questionar: a quem será imputada essa despesa? À massa insolvente? Finalizou dizendo que o processo deve ser levado com todo o cuidado e não sob pressão por forma a garantir toda a legalidade do mesmo e obviamente, por forma a acautelar os interesses do Município e da Tocha. A Câmara Municipal não deve ser arrastada para uma situação que não causou, antes pelo contrário, pois tentou promover o desenvolvimento daquela região e do concelho.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Dr. Fernando Simão, informando que não dá qualquer importância à notícia publicada sobre aquele assunto e questionou sobre o motivo e os fundamentos da ação popular em curso, se se prendem com violações aos Planos diretores ou se relacionam com a caducidade do processo. -----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que o PDM não foi violado, existindo mesmo uma autorização da CCDR e acrescentou que não viu a ação popular mas tem conhecimento que ela foi julgada improcedente. Afirmou ainda que, ao contrário do Dr. Fernando Simão, considera que a notícia é caluniosa e que, ele próprio levará o assunto até ao fim, até ver tudo esclarecido.-----

----- Falou ainda o Sr. Dr. Luis Pato, registando com agrado a carga emocional com que o Sr. Presidente da Câmara falou em relação àquele assunto e sugeriu que utilizasse um jornal de âmbito nacional, tal como o Jornal de Notícias, para responder à notícia saída no Diário de Coimbra, utilizando a “carta do leitor” onde poderia explanar todos os argumentos que acabou de utilizar. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, o qual, em direito de resposta informou que, no momento, encontram-se 600

processos ativos e acompanhados pela Ação Social, tornando-se difícil conhece-los todos ao pormenor pelo que solicitou àqueles serviços informação sobre o casal noticiado pela comunicação social. De seguida, explicou que a rede social de Cantanhede é bastante forte e que chega a todas as partes do Concelho, permitindo-lhe uma capacidade de resposta que já foi reconhecida por várias instituições. Acrescentou ainda que, com o agravamento da situação de crise, têm aumentado significativamente, ao longo dos anos, os processos de pobreza, com o consequente aumento do trabalho desenvolvido pelos serviços de ação social, o qual deve ser feito com toda a cautela por forma a evitar possíveis situações fraudulentas. Reforçou ainda a ideia de que, estas situações devem ser comunicadas diretamente às instituições próprias e não aos jornais, devendo evitar-se que sejam expostas por forma a salvaguardar a dignidade dessas pessoas. Referiu também que, uma coisa é a dinamização das iniciativas que ajudam a sensibilizar a consciência social para a importância da partilha, outra coisa é expor situações destas, sendo que a responsabilidade do combate às situações de pobreza, da luta contra a pobreza, não é uma competência exclusiva, nem um desiderato único dos poderes públicos, mas sim uma responsabilidade coletiva, de todos. Finalizou dizendo que, praticamente todas as situações que chegam ao conhecimento da ação social são devidamente acompanhadas e sinalizadas, sem prejuízo de algumas respostas precisarem do seu tempo para poderem ser efetuadas.-----

----- Falou de novo o Sr. Dr. Luis Pato, registando, com agrado, as palavras ditas pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso, e acrescentou que, apenas fez uma transcrição, tendo tido o cuidado de não particularizar os casos que conhecia, mencionando apenas uma notícia que leu e que utilizava a palavra “sinalizada” pelas

instituições locais, desde a Câmara passando pela Junta de Freguesia e a comunidade de S. Vicente de Paulo, etc....-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Prof. Abel Carapeto, alertando para um aviso publicado no Jornal Boa Nova, no dia 5 de dezembro, relativo a um contrato de concessão de exploração de caulino, numa área que abrange as freguesias do Corticeiro de Cima, Vilamar, Febres, S. Caetano e algumas freguesias do concelho de Mira, por uma empresa denominada Mota Mineral, S.A. e questionou se o Executivo tem conhecimento daquela situação.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual respondeu que o Executivo tem conhecimento daquele assunto e solicitou autorização ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que fosse o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu a dar todas as explicações sobre o mesmo.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapeto, apresentando, de seguida, uma Moção relativa ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo, solicitando que a mesma fosse debatida e votada pela Assembleia Municipal, passando de seguida à leitura da mesma: ***“EM DEFESA DA GESTÃO PÚBLICA DO HOSPITAL ARCEBISPO JOÃO CRISÓSTOMO*** - *Os membros da Assembleia Municipal de Cantanhede eleitos pelo Partido Socialista (PS) apresentam-se em defesa da gestão pública e manutenção no Serviço Nacional de Saúde (SNS) do Hospital Arcebispo João Crisóstomo de Cantanhede (HAJC), considerando que: a) O HAJC segundo intenção do governo e à semelhança do Hospital de Anadia e Ovar passará, muito em breve, a ser gerida pela Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede (SCMC); b) O propósito do governo de transferir a gestão para SCMC, enquadra-se numa política de redução em 25% nos encargos globais do SNS; c) O Despacho nº*

10016/2012 que criou um grupo de trabalho para “analisar as condições de devolução às misericórdias das unidades de saúde que se encontram sob gestão pública”, foi aprovado sem o conhecimento dos cidadãos, do poder local e dos próprios serviços de saúde. d) Não se conhece o futuro de todos os profissionais do HAJC; e) O HAJC possui recursos humanos e materiais, infraestruturas e equipamentos que devem ser rentabilizados, na linha do primado da sustentabilidade e da complementaridade na rede pública do Sistema Nacional de Saúde, de que tem sido fiéis todas as administrações que geriram o HAJC; f) A transferência da gestão do HAJC para particulares comporta riscos ao nível de orientações e decisões divergentes e conflitantes com a matriz da gestão pública da rede de hospitais do SNS como, aliás, já hoje se verifica com evidência nos hospitais públicos em regime de parceria público privada (PPP). Onde estão os estudos de viabilidade técnica e financeira? Neste sentido, os Membros da Assembleia Municipal de Cantanhede, reunida a 27 de Dezembro de 2013, deliberam: a) Declinar a intenção de transferência da gestão do HAJC para a SCMC ou para outra qualquer entidade privada, em defesa da sua permanência na rede pública do Serviço Nacional de Saúde. b) Recomendar para que sejam enveredados todos os esforços para que o protocolo celebrado entre o Município de Cantanhede e o Ministério da Saúde seja melhorado, mas que salvasse a continuidade da gestão do HAJC no SNS, a manutenção das Unidades de Internamento de Convalescença e Paliativos. As quais já foram referências a nível nacional, a manutenção da Unidade de Cirurgia do Ambulatório e das especialidades e valências existentes, como garantia de mais e melhor saúde para os Municípios e a manutenção de cuidados de proximidade. (A Moção será enviada às seguintes entidades: Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede; Ministro da Saúde;

*Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Presidente da República e Comunicação Social).*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou que a Moção apresentada foi aceite, por unanimidade, e será discutida e votada na presente sessão, dando, de seguida a palavra a quem se quisesse pronunciar sobre a mesma.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Dr. Carlos Pessoa, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa algum tempo para que os Membros da Assembleia ligados à área da saúde pudessem reunir, estudar o assunto e apresentar uma nova moção subscrita tanto pela Bancada do Partido Socialista como pela Bancada do Partido Social Democrata.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, propôs então que o Sr. Prof. Abel Carapêto, colocasse ao Sr. Eng.º António Abreu, que já estava presente na sessão, a questão respeitante aos avisos publicados sobre a exploração de caulinos, e que, de seguida se suspendesse a sessão para que a Moção apresentada fosse revista pelos membros das duas bandadas, discutida e seguidamente votada.-----

----- Retomou então a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, recordando que se trata de um aviso publicado no Jornal Boa Nova relativamente à celebração de um Contrato de Concessão de Exploração de Caulino, numa área que abrange as freguesias do Corticeiro, Vilamar, Febres, São Caetano e algumas freguesias do Concelho de Mira e questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento daquele contrato.-----

----- Interveio o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, afirmando que a Câmara Municipal tem conhecimento por via das publicações que

são feitas sobre aquela matéria, quer no Diário da República, quer nos jornais de âmbito regional e nacional, de acordo com a lei. Referiu que a concessão relativa ao Pinhal das Almas, abrange de facto uma área elevada, tendo a Câmara a possibilidade e a obrigação de se pronunciar perante a Direção Geral de Energia e Minas sobre aquela matéria, uma vez que estão em causa questões que se prendem com o PDM, com a situação de Reservas Agrícolas, Reservas Ecológicas e com a situação inclusivamente do Impacto Ambiental. Relativamente à avaliação do Impacto Ambiental, informou ter discutido com um jurista da Direção Geral de Geologia e Minas, encontrando-se em condições para informar o Executivo sobre as diligências a tomar. Explicou ainda que o processo está em andamento, sendo que, de acordo com o Dec.-Lei nº 88/90 há 2 fases, sendo a primeira de prospeção e pesquisa. Assim, como os depósitos de minerais são bens Públicos, do Estado, é ele próprio que desenvolve todo o processo do concurso. Informou também que, só depois da entrega, através do contrato de concessão, é que a Câmara Municipal pode intervir, pronunciando-se sobre algumas questões fundamentais, tais como o equilíbrio ambiental da zona. No caso da exploração do Pinhal das Almas, terão de ser levantadas algumas questões, nomeadamente, a proximidade dos perímetros urbanos, a reserva agrícola, a reserva ecológica e as questões ambientais. Referiu ainda que, relativamente à avaliação do impacto ambiental, sendo a área da concessão tão grande, cai dentro da alçada da Lei Ambiental que obriga a apresentar um estudo de avaliação de impacto ambiental, sendo uma questão que deve ser verificada para que a Câmara Municipal possa tomar a posição que entender. -----

----- Retomou a palavra o Sr. Prof. Abel Carapêto, referindo que mais questões que se levantam para além do estudo do impacto ambiental, tais como, as

consequências para a saúde pública que possam vir a existir. Acrescentou que toda aquela região se enquadra numa área vulnerável devido à bacia dos Olhos da Fervença, existindo a contaminação ou de poluição da rede de abastecimento de água, que pode trazer consequências gravosas para o futuro, ou mesmo, provocar alterações a nível do regime hidrológico com consequências negativas ao nível das acessibilidades. -----

----- Respondeu o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Eng.º António Abreu, afirmando que no Concelho de Cantanhede, existem nesta primeira fase, 3 áreas de pesquisa de prospeção, a zona do Canto do Sal que abrange a zona das Cochadas, uma área das Covas de Barro e a zona de Petim, localizada a Sul da Estrada Nacional 234, Estrada Cantanhede-Mira e que abrange a zona de S. Caetano. Aqueles locais encontram-se em fase de pesquisa e exploração, analisando-se as potencialidades da zona em termos de caulinos. Por outro lado, já existem 2 concessões atribuídas, que se encontram na fase de pré-exploração, como seja, o Pinhal das Almas, que vai desde o Corticeiro de Cima até S. Caetano e a zona da Fonte da Areia, a poente de Cantanhede, Varziela. Acrescentou não estarem ainda as áreas definidas definitivamente, as quais farão parte de um plano de exploração propriamente dito, que irá ser analisado, podendo a Câmara Municipal apenas intervir nessa fase. Relativamente à Zona dos Olhos da Fervença, informou tratar-se de uma zona de proteção definida por legislação. Finalizou dizendo que todos os aspetos serão analisados e ponderados, tendo em vista a tomada de posição que se impõe à Câmara Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, referiu que já se havia ultrapassado o tempo permitido para o período antes da ordem do dia, pelo que aquele assunto não seria mais discutido e solicitou ao Sr. Presidente da câmara,

Dr. João Moura, para trazer, na próxima sessão da Assembleia Municipal, uma informação detalhada sobre o mesmo. -----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Filipe Figueiredo, o qual, em direito de resposta, informou em relação à questão do Centro de Saúde, desconhecer que aquele assunto não era da responsabilidade da Câmara Municipal, pois já tem visto Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia fazerem intervenções em locais menos públicos do que aquele. Acrescentou que, sendo um local de acesso ao público, merece ser respeitado pelo que solicitou que a Câmara Municipal intercedesse junto das entidades responsáveis para que o mesmo ficasse resolvido. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre a linha férrea que atravessa o Concelho de Cantanhede, pretendendo saber se, no futuro, se pretende fazer ali alguma intervenção, nomeadamente, se existe algum projeto para atravessar ali uma estrada, que permitiria uma alternativa aos carros de grande porte, os quais têm dificuldade em passar em Ourentã e Murtede.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Dr. Pedro Dias, o qual, após cumprimentar todos os presentes da sessão, alertou para o facto de, existir ainda no Concelho, alguma publicidade referente à campanha eleitoral das últimas eleições, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara que tomasse alguma providência perante uma lona existente no lugar de Marvão, freguesia de Covões, junto à escola primária, que se encontra parcialmente desprendida e coloca em perigo tanto as pessoas que circulam nos passeios como os veículos que circulam na EN 335.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, dirigindo-se em direito de resposta ao Sr. Filipe Figueiredo, lembrou que as posições da Câmara Municipal sobre o caminho-de-ferro, são públicas, tendo mesmo sido noticiadas pela comunicação social, mantendo-se a intenção de tudo

fazer para tentar manter aquela linha de ligação da Figueira da Foz à Pampilhosa. Informou ainda que tem havido reuniões com a REFER, em Lisboa e na Mealhada, através da Comunidade do Baixo Mondego, para as quais foram convidadas empresas, potenciais utilizadoras da linha para a carga da mercadoria, onde existiu um estudo prévio da viabilidade económica da linha relativa ao transporte de mercadorias, estudo esse que vai ser aprofundado pelos Municípios que a linha atravessa, nomeadamente, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Cantanhede e Mealhada, cujos atuais Presidentes de Câmara mantêm a mesma posição no sentido de, no futuro, ser possível uma eventual candidatura a fundos comunitários, para aquele que era um investimento inicial de uma linha que apontava para cerca de 30 milhões de euros, neste momento pelas contas da REFER, com o mínimo possível para a sua utilização, para aquilo que se pretende, o investimento necessário já desceu para cerca de 12 milhões de euros. Informou também que aquela linha foi desmantelada por ter havido vários assaltos ao longo do tempo, o que não significa que mais tarde terá que ser feita uma nova linha. É um corredor que se mantém e que mais tarde pode ser recuperado e reativado. Acrescentou que é uma matéria que está no plano de desenvolvimento territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tratando-se de uma matéria política, onde os Municípios visados estão do mesmo lado e a lutar para a reativação daquela linha.---

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual após questionar a Bancada do PSD, se estaria em condição de tomar posição sobre a Moção apresentada pela Bancada do PS, interrompeu a sessão por 5 minutos, tendo em vista uma análise conjunta da mesma.-----

----- Retomada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se as duas

bancadas já estariam em condições de apresentar a versão final da Moção sobre o hospital, apresentada pelo PS e questionou se alguém queria usar da palavra.-----

----- Falou, de seguida o Sr. Dr. Carlos Pessoa, informando que a moção sofreu uma pequena correção, na sua alínea b), passando a referir o seguinte:

*“Recomendar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede que sejam enveredados todos os esforços para que o protocolo celebrado entre o Município de Cantanhede e o Ministério da Saúde seja melhorado, mas que salvasse a continuidade da gestão do HAJC no SNS, a manutenção das Unidades de Internamento de Convalescença e Paliativos, as quais já foram referência a nível nacional, a manutenção da Unidade de Cirurgia do Ambulatório e das especialidades e valências existentes, como garantia de mais e melhor saúde para os Municípios e a manutenção de cuidados de proximidade.”* Informou ainda que aquela Moção, de iniciativa do Partido Socialista, passará a ser votada por todos os membros da Assembleia Municipal, uma vez que, no fundo, traduz as preocupações de todos os Municípios do Concelho de Cantanhede, mas também do Executivo que sempre lutou para que o Hospital de Cantanhede se mantenha no Serviço Nacional de Saúde.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, colocou à votação a Moção sobre a defesa da gestão pública do Hospital João Crisóstomo, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Eleição do Presidente da Junta e seu substituto (também Presidente de Junta) que fará parte na Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 6.º dos Estatutos daquela Associação».**-----

-----Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta e seu substituto (também Presidente da Junta) que fará parte na Associação Nacional de Municípios Portugueses, o grupo PSD propôs a Sra. Dr.ª Regina Marise dos Santos Pessoa, Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, para efetivo, e o Sr. Eng.º Paulo Alexandre Pereira Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Portunhos e Outil, para suplente, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 25 Votos a favor; -----

----- 2 Votos contra. -----

----- 5 Abstenções;-----

----- Apurada a respetiva votação foram eleitos a Sra. Dr.ª Regina Marise dos Santos Pessoa, Presidente da Junta de Freguesia de Cadima e o Sr. Eng.º Paulo Alexandre Pereira Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Portunhos e Outil, para o cargo a que haviam sido propostos.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES do Baixo Mondego, prevista na alínea b) do art.º 31 do Decreto-Lei nº. 28/2008, de 22/02».**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do representante da Assembleia Municipal, para fazer parte no Conselho da Comunidade do ACES Baixo Mondego, a bancada do PSD propôs a Sr.<sup>a</sup> Dra. Joana Inês de Jesus Seabra Malta, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 25 Votos a favor; -----

----- 2 Votos contra. -----

----- 5 Abstenções;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleita a Sra. Dra. Joana Inês de Jesus Seabra Malta, para o cargo a que havia sido proposta.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, nos termos do art.º 16º., nº. 1, al. b) do Decreto-Lei 188/2003, de 20 de Agosto».**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do representante da Assembleia Municipal, para fazer parte no Conselho Consultivo do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais, a bancada do PSD propôs para candidato o Sr. Manuel Augusto Almeida Santos, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta. -----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 25 Votos a favor; -----

----- 3 Votos contra. -----

----- 4 Abstenções;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Manuel Augusto Almeida Santos, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo dos Hospitais da Universidade de Coimbra, nos termos do art.º 16º., nº. 1, al. b) do Decreto-Lei nº. 188/2003, de 20 de Agosto».**-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, Enf.º Maia Gomes, lembrou que o presente ponto foi retirado da ordem do dia, passando a reordenar-se os pontos seguintes.----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo - Cantanhede, nos termos do art.º 16.º, n.º 1, al. b) do Decreto-Lei nº. 188/2003, de 20 de Agosto».**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do representante da Assembleia Municipal, para fazer parte no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo – Cantanhede, a bancada do PSD propôs como candidato o Sr. Enf.º Egídio Manuel Patrão Cruz Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Covões e Camarneira, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 27 Votos a favor; -----

----- 2 Votos contra. -----

----- 4 Abstenções;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Enf.º Egídio Manuel Patrão Cruz Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Covões e Camarneira, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Eleição dos representantes da Assembleia Municipal (eleitos diretamente) para constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 83 da Lei n.º 75/2013, de 12/09».**-----

-----Solicitadas propostas para Eleição dos representantes da Assembleia Municipal (eleitos diretamente) para constituição da Assembleia Intermunicipal da CIM Região de Coimbra, as bancadas do PSD e do PS propuseram, em conjunto, como candidatos o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Enf.º José Maria Maia Gomes, o Sr. Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Dr. Adérito Ferreira Machado, o Sr. Prof. Abel Martins Carapêto e o Sr. Manuel Madeira Teixeira, para membros efetivos e, a Sr.ª Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.º Lúcia Maria Jorge Costa e Silva Pessoa e Sr.ª Maria Armanda Pires Gavião, para membros suplentes, lista esta identificada com a letra A.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 31 Votos a favor; -----

----- 2 Votos contra. -----

----- Realizada a respetiva votação foram eleitos o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Enf.º José Maria Maia Gomes, o Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. Dr. Adérito Ferreira Machado, o Sr. Prof. Abel Martins Carapêto e o Sr. Manuel Madeira Teixeira, como membros efetivos e a Segunda

Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a Sr.ª Eng.ª Lúcia Maria Jorge Costa e Silva Pessoa e a Sr.ª Maria Armanda Pires Gavião, como suplentes, para os cargos a que haviam sido propostos.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 7 - «Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro».**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que fará parte da Assembleia Distrital de Coimbra, a bancada do PSD propôs o Sr. Dr. Carlos Miguel da Cruz Santo Gomes Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Murte, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 26 Votos a favor; -----

----- 4 Votos contra. -----

----- 3 Abstenções;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Dr. Carlos Miguel da Cruz Santo Gomes Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Murte, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Eleição do representante da Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão Municipal para o Licenciamento Comercial – Lei n.º 12/2004, de 30 de Março e Portaria n.º 518/2004, de 20 de Maio».**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do representante da Assembleia Municipal para fazer parte da Comissão Municipal para o Licenciamento Comercial, a bancada

do PSD propôs o Sr. Dr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa, lista esta identificada com a letra A. Por parte da bancada do PS foi proposto o Sr. João Paulo Vagos, identificado pela lista B.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 24 Votos a favor; -----

----- Lista B: -----

----- 9 Votos a favor;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Dr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Designação do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento».**-----

----- Solicitadas propostas para designação do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento, as bancadas do PSD e do PS propuseram, em conjunto, como candidatos a Sr.ª Prof.ª Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, o Sr. Dr. Luis Miguel Cruz Pato, e a Sr.ª Prof.ª Aidil de Sá Camarneiro Fernandes Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede e Pocariça, lista esta identificada com a letra A. -----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 31 Votos a favor; -----

----- 2 Votos contra. -----

----- Realizada a respetiva votação foram eleitos a Sr.ª Prof.ª Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, o Sr. Dr. Luis Miguel Cruz Pato, e a Sr.ª Prof.ª

Aidil de Sá Camarneiro Fernandes Machado, Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede e Pocariça, para os cargos a que haviam sido propostos.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Eleição do Presidente de Junta de freguesia, representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do artigo 5.º do Dec.- Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto».**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia do Concelho, que irá integrar o Conselho Municipal de Educação, a bancada do PSD propôs o Sr. Eng.º Carlos Alberto dos Santos Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Febres, lista esta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 26 Votos a favor; -----

----- 5 Votos contra. -----

----- 2 Abstenções;-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Eng.º Carlos Alberto dos Santos Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Febres, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou que, os próximos 7 pontos da ordem do dia, do 11.º ao 17.º, decorrem das competências de fiscalização atribuídas às Assembleias Municipais pela alínea j) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e solicitou que o Sr.

Presidente da Câmara prestasse uma informação genérica sobre os mesmos, passando-se de seguida à discussão de cada um e às respetivas votações.-----

----- Tomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, acrescentou que, decorrente da entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos os subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia, que não constem nos acordos de execução, têm de ser, não só aprovados pela Câmara Municipal, mas também pela Assembleia Municipal. De seguida informou que, relativamente ao ponto 11, o subsídio no valor de 24.158,70 €, a atribuir à União das Freguesias dos Covões e Camarneira, destina-se à construção de passeios nas localidades de Carvalheira e Lontro, obra que decorreu e que a própria Junta de Freguesia participou com o apoio da Câmara. Relativamente ao ponto 12, informou que, o subsídio no valor de 9.120,47 €, atribuído à União das freguesias de Portunhos e Outil, destina-se a ajudar na participação das obras de requalificação da Escola Velha de Outil e acrescentou que aquela Junta fez uma candidatura à ADELO no âmbito daquela obra. De seguida, relativamente ao ponto 13, informou que o subsídio a atribuir, no valor de 25.000,00 €, à Freguesia de Sepins e Bolho, tem a ver com um apoio nas obras que estão a decorrer no pavilhão polidesportivo de Sepins. Quanto ao ponto 14, subsídio no valor de 28.906,42 €, a atribuir à Freguesia de Febres, o mesmo destina-se à requalificação da Casa Carlos de Oliveira, propriedade da Câmara Municipal, tendo aquela Junta de Freguesia avançado com uma candidatura à ADELO. Relativamente ao ponto 15, informou tratar-se também de um subsídio destinado à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, no valor de 17.191,61€, destinado a participar, o arranjo do piso sintético do Parque Desportivo da Pocariça, obra que não decorreu da melhor maneira do ponto de vista

da execução, tendo o empreiteiro sido várias vezes notificado para proceder às necessárias correções e não o fez. Por esse facto, a Câmara acionou a garantia que tinha da obra e fez a intervenção que era necessária e que consubstancia também um subsídio à própria Junta. De seguida, relativamente ao ponto 16, informou que o subsídio no valor de 250,00 € para o Coro Infantil de Febres, também é destinado à Junta de Freguesia de Freguesia. Finalmente, relativamente ao ponto 17, informou tratar-se de material que já não se encontrava a ser utilizado pelo Município e que foi solicitado pelas Juntas de Freguesias, tendo sido doado um emissor térmico à União das Freguesias de Covões e Camarneira e um limpa-bermas à Freguesia de Murtede.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, questionando se os Presidentes, das Juntas visadas, podem ou não votar os assuntos que dizem respeito à sua respetiva Junta, ao que o Sr. Presidente da Mesa respondeu que não o poderão fazer.-----

----- **Passou-se então ao Ponto 11- Proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Covões e Camarneira para participar na construção de passeios, nos lugares de Carvalheira e Lontro, sobre o qual não houve qualquer pedido de intervenção e tendo sido colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Portunhos e Outil para participar na requalificação da Escola Velha de Outil»;**-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual felicitou a Câmara e a Junta de Freguesia pela requalificação da Escola Velha de Outil, questionou sobre o destino daquela edificação mas, também sobre o destino da escola de Vila Nova.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Junta das Freguesias de Portunhos e Outil, Eng.º Paulo Santos, que aquela escola está a ser utilizada para cursos de formação no âmbito de Universidade Aberta, cursos de Artes Decorativas e outras atividades levadas a cabo pelas associações locais. Informou também que a escola de Vila Nova, corresponde a outro projeto que está a decorrer e destina-se a um centro de convívio, para toda a população da freguesia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação a proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil para participar na requalificação da Escola Velha de Outil, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Sepins e Bolho para participar na construção do Polidesportivo de Sepins», sobre o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado à votação e aprovada por unanimidade.**-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Febres para participar nas despesas com a requalificação da casa Carlos de Oliveira»;**-----

----- Solicitou a palavra o Sr. Dr. Luis Pato, o qual questionou sobre qual o projeto para a Casa de Carlos Oliveira, tendo em conta que a obra está a cargo da Câmara Municipal e o avultado investimento.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que o projeto está a ser levado a cabo em articulação com a Junta de Freguesia de Febres, com a qual existe um protocolo celebrado para a gestão daquele espaço e que a Casa Carlos de Oliveira se destina a ser um espaço de utilização pública por parte das

Associações, mas também à criação de uma Biblioteca. Terá ainda um local reservado para perpetuar a memória de Carlos de Oliveira, uma vez que, foi cedido pela viúva de Carlos de Oliveira, Ângela Oliveira, património que se pretende divulgar publicamente. Finalizou afirmando que será um espaço de divulgação e promoção da cultura, para além de realização de outras atividades de cariz público.--

----- Interveio, de seguida, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Eng.º Carlos Alberto Alves, agradecendo ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, todo o apoio logístico que foi dado pela Câmara Municipal na candidatura à ADELO, bem como o apoio financeiro em aprovação na presente sessão da Assembleia, tendo em vista a reabilitação daquela Casa, que se estava a degradar e onde viveu o escritor neorrealista Carlos de Oliveira. De seguida confirmou que, também a Junta de Freguesia, pretende que aquela Casa promova, sobretudo, a obra de Carlos de Oliveira, mas também a criação de uma Biblioteca para a comunidade e de um espaço que, voltado para as letras e para as artes, consiga trazer novos visitantes à freguesia.-----

----- O Sr. Prof. Abel Carapêto, questionou se o Município já tentou trazer para a Casa Carlos de Oliveira o espólio do escritor Carlos de Oliveira.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que é uma das intenções subjacentes à recuperação daquela casa, tendo já informado a viúva de Carlos Oliveira, que o Município recolherá todo o espólio que puder ser doado, tendo em vista a sua exposição e divulgação pública, naquela Casa.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada à votação a proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Febres para participar nas despesas com a requalificação da casa Carlos de Oliveira, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das freguesias de Cantanhede e Pocariça para participar na reaplicação do piso sintético do Parque Desportivo da Pocariça» sobre o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado à votação e aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Febres destinado ao Coro Infantil de Febres»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Eng.º Carlos Alves, o qual informou que o Coro Infantil de Febres é um projeto da Junta de Freguesia de Febres, que se poderá também integrar na Casa Carlos de Oliveira, o qual começou há 3 anos, com cerca de 20 crianças dos 4 aos 9 anos, e que, no momento conta já com perto de meia centena de crianças, que ensaiam todas as sextas-feiras à noite, sob a coordenação da Maestrina Anabela Rocha. Referiu ainda que, aquele projeto está a dar os seus frutos com uma qualidade que tem aumentando de ano para ano, não só pela forma como cantam mas também pelo entusiasmo que demonstram em palco e transmitem aos seus ouvintes. Informou também que fizeram cerca de 70 atuações, várias delas a convite do Município de Cantanhede, outras a convites de outras freguesias do concelho de Cantanhede, das IPSS`s e de outras instituições. Têm ainda participado em vários concertos em concelhos vizinhos, nomeadamente, na Figueira da Foz, Aveiro, Mira, Coimbra e tem já uma agenda bastante preenchida para o próximo ano.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Dr. Luis Pato, dando os parabéns à Junta de Freguesia pelo desenvolvimento do projeto em causa e questionou sobre quais os pré-requisitos para atribuição do subsídio em causa.-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, informando que este subsídio se insere na descentralização cultural que dá apoio a várias entidades, sejam associações, sejam Juntas de Freguesia. Justificou ainda que, este subsídio apenas está presente na Assembleia, pelo facto do Coro estar afeto à própria Junta de Freguesia, estando obrigado à aprovação pela Assembleia, devido às últimas alterações legislativas. Acrescentou que, é um tipo de subsídio apresentado com grande frequência nas reuniões camarárias, destinados essencialmente às Associações do Concelho, na área da cultura e do desporto e pontualmente na área da ação social.-----

----- O Sr. Dr. Luis Pato, questionou sobre o porquê da atribuição do referido subsídio àquele Coro, em particular.-----

----- Respondeu a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, informando que foi solicitado apoio para participar nas despesas que tiveram com diversas atividades levadas a cabo ao longo do ano.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada à votação a proposta de atribuição de subsídio à freguesia de Febres destinado ao Coro Infantil de Febres, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de doação de bens móveis a diversas freguesias do Concelho» sobre o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado à votação e aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio ao investimento ao Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, destinado à construção do edifício do Biocant III»;**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, informou o Sr. Presidente da Mesa que convidou o Sr. Prof. Carlos Faro para que o mesmo pudesse dar alguma informação e prestar os esclarecimentos necessários sobre o assunto em causa. Informou ainda que, o subsídio em causa, no fundo, consubstancia os capitais próprios para a construção do futuro edifício do Biocant III e prende-se com deliberações que já foram tomadas anteriormente, aquando da atribuição de um subsídio, de 1 milhão de euros, para o património associativo do Biocant, e que, na altura, pela morosidade do processo no Tribunal de Contas e pela celeridade que existia para implantar à execução do Biocant III, foi anulado. Explicou ainda todas as ações que foram feitas tendo em vista a concretização da construção do Biocant III, e que, após conversa com os responsáveis do Centro de Neurociências, este se disponibilizou para ser parceiro deste projeto, por ser fundamental a construção de mais um edifício que já está sinalizado com empresas para o ocuparem na totalidade. Finalizou, informando que o que se pretende é a atribuição de um subsídio que corresponda aos capitais próprios para a construção daquele edifício, cujo valor será recuperado no final do prazo de um outro protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e o Centro de Neurociências. Informou também que foi aprovado, por unanimidade, pela Universidade de Coimbra, o reconhecimento do Polo de Cantanhede como Polo da Biotecnologia daquela Universidade em Cantanhede, o que perspectiva conforto e um otimismo relativamente à fase da expansão daquele Parque.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Prof. Carlos Faro, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, fez uma apresentação sobre o esforço de uma equipa, que ao longo de 8 anos, conseguiu, transformar aquilo que era um eucaliptal num centro de referência e inovação neste país. Referiu que, de facto, tal foi possível porque se conseguiu conciliar desde a 1ª hora, o apoio ilimitado do Município de Cantanhede com uma capacidade notável de uma nova geração de investigadores, de empreendedores que o país foi produzindo ao longo dos últimos anos, fruto de políticas públicas mais acertadas, nomeadamente, a política de apoio ao desenvolvimento científico, mérito do Prof. Mariano Gago. Acrescentou que o grande objetivo do Biocant, foi desde o início, ser um ponto de encontro entre aquilo que é a geração do conhecimento, tipicamente associada à Universidade e as necessidades das empresas, que precisavam de ter mais inovação nos seus processos, de modo a serem mais competitivas a nível internacional. Informou ainda que, quando se iniciou o projeto em Cantanhede, não havia nenhum centro de investigação que pudesse suportar este desenvolvimento, sendo o primeiro passo a criação do Centro de Inovação que ficou conhecido como Biocant e que é hoje a marca de todo o projeto. Aquele Centro tinha um conjunto de unidades de investigação e desenvolvimento e tinha um conjunto de tecnologia que era essencial à atividade das empresas que aderiram ao projeto e que o acompanham ao longo destes anos. Acrescentou que foi definida desde a 1ª hora, a Biotecnologia como área de especialização e salientou que o Biocant Parque é o único parque de Ciência e Tecnologia do país, especializado em Biotecnologia, sendo uma vantagem, pois atrai todas as grandes iniciativas do país na área da Biotecnologia, que automaticamente são referenciadas pelo Parque. Informou também que, a Biotecnologia é uma área muito transversal, que toca a áreas tão

diferentes como a saúde, o agroindustrial, a energia, o têxtil, o mar, sendo uma plataforma que permite trabalhar com sectores económicos mais robustos e mais estabelecidos, sendo visível pelas parcerias com grandes empresas de Biotecnologia, empresas multinacionais e nacionais de referência, como o grupo Amorim, a Sonae-Indústria e a CUF. Informou ainda que ao longo destes 8 anos o Parque conseguiu crescer, hoje é composto por 4 edifícios, todos ocupados, sendo que a procura excede largamente a oferta. Por esse facto, é necessário objetivamente construir mais um edifício, o Biocant III em termos formais, que integrará o Biocant Global, tendo em vista atrair empresas estrangeiras que queiram instalar-se em Cantanhede. Este novo edifício é, neste momento, essencial para se poder consolidar esta fase de crescimento, encontrando-se já completamente reservado. Referiu ainda que as empresas começam a ficar preocupadas pelo facto do edifício não estar ainda construído, devido a toda a incerteza em relação à nova moldura legal que atrasou este projeto em cerca de 8 a 12 meses e que tem sido bastante prejudicial. Referiu ainda a importância da futura instalação do Biothec-UC que vai transferir para Cantanhede toda a sua investigação na área da Biotecnologia, o programa de doutoramento e pós doutoramento nesta área e que acabou por merecer o apoio inequívoco da própria Universidade de Coimbra, passando assim Cantanhede a ser uma cidade Universitária. Informou ainda que, ao longo do ano conseguiu-se acomodar a primeira unidade industrial do Parque, a empresa Converde, o maior investimento de sempre da tecnologia de Portugal, com cerca de 25 milhões de euros de investimento, e que representa um projeto em que 95% da produção vai a ser exportada maioritariamente para o continente Americano. O parque já tem hoje cerca de 23 empresas, correspondendo a um terço das empresas nacionais, sendo inequívoco que Cantanhede é já o centro da

Biotechnology em Portugal. Relembrou que o Parque foi construído inicialmente para ser um Polo, um epicentro do cluster regional da Biotechnology, tendo extravasado já essa dimensão e sendo claramente o epicentro da Biotechnology Nacional, com a mais-valia de merecer o interesse de capital de risco internacional. Como exemplo informou que há capital de risco Californiano a ser investido em Cantanhede, e que existe indústria nacional já com uma dimensão muito significativa que participa no capital destas pequenas start-ups, dando como exemplo a empresa identificada na Região Centro, a Crioestaminal e realçou a importância de se conseguir ter empresas a crescer 20% ou 30% ao ano, facto de grande importância para consolidar o tecido económico. Informou ainda que, ao longo dos anos foram criados 300 postos de trabalho, 23 empresas e o Parque tem 80 milhões de euros de ativo, entregando ao estado mais de 2 milhões de euros de impostos por ano. Salientou também que, os 4 milhões de euros que o Município investiu em capital já foi praticamente multiplicado por 20, sendo que, o investimento que ocorreu no Parque já excede os 70 milhões de euros, dos quais 40 milhões já representam investimento privado. Cantanhede é hoje um exemplo no país de como se pode operar uma transformação económica e potencial, onde de um concelho de matriz rural se conseguiu constituir num Polo Universitário e um elemento de um corredor tecnológico entre Aveiro, Coimbra, Cantanhede e Covilhã, reconhecido não só em Portugal, mas também no estrangeiro. Chamou ainda a atenção para o facto do modelo de negócio da Biotechnology não assentar na venda regular de produtos ou serviços, mas sim num acumular de que será vendido a dada altura seja por licenciamento, ou pela venda das próprias empresas, exemplificando que uma empresa de biofármacos é vendida facilmente por mais de 500.000,00 €, sendo este o modelo de negócio que se procura nos próximos 6, 7 anos. Alertou para o facto do

próximo quadro de apoio, quer em Portugal como a nível Europeu, estar desenhado especificamente, para apoiar a inovação e as realidades como as que existem em Cantanhede, mas também para o facto de, com as alterações legislativas que têm acontecido, um contrato de cessão de exploração para o CNS fazer todo o sentido. Assim, a Câmara vai continuar a ser a proprietária do Biocant Parque, mas entrega a gestão a uma entidade universitária onde existe maior grau de liberdade, mas também maior vocação natural para a interação científica e para a promoção da inovação com o tecido industrial.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual agradeceu a explicação dada, felicitou todo o trabalho que se tem desenvolvido no Biocant e sugeriu que houvesse a possibilidade de todos os membros da Assembleia Municipal pudessem visitar aquelas instalações. -----

----- Respondeu o Sr. Prof. Carlos Faro que teria todo o gosto que, caso seja possível, na próxima Assembleia Municipal houvesse um momento antes da ordem de trabalhos para se visitar a Biocant ou então, que pudesse lá decorrer a próxima sessão no novo auditório do Centro de Ciências.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocada à votação a proposta de atribuição de subsídio ao investimento ao Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, destinado à construção do edifício do Biocant III, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 19 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da renovação de 11 contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e redução de 40,5% em 2013 de contratos a termo certo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Cantanhede»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual deu a conhecer que, de alguns anos a esta parte, seja qual for o Governo que estivesse em funções, se o Executivo tivesse informação por parte das chefias de que as pessoas que estão a desenvolver o trabalho no Município, o desempenham bem e são realmente necessárias, tudo se faria no sentido de manter os postos de trabalho em causa. Referiu ainda que tem havido alterações legislativas no sentido de não criar vínculos de pessoal no quadro a tempo indeterminado, pelo que todas as situações de contrato foram devidamente analisadas com as chefias respetivas, nomeadamente, no que tocava à necessidade e ao desempenho das pessoas em causa. Explicou ainda que, de acordo com essa imposição da Lei, a Câmara teria que reduzir 2% no total dos efetivos do Município e ainda, de acordo com essa mesma imposição, diminuir em 50% os contratados. De seguida, informou que o Município tem vindo a diminuir o pessoal contratado, pois tinha 80 trabalhadores a contrato em 2011, 46 em 2012, 37 em 2013 e deveriam ser 22 em 2014. Relativamente à percentagem da diminuição do total dos efetivos, por via das aposentações do pessoal do quadro, informou terem sido cumpridos os objetivos, tendo havido uma redução de 6%. Explicou ainda que, alguns Serviços assentam em muitos contratados, impossíveis de dispensar, como é o caso da Divisão Financeira e por outro lado há alguns serviços onde existe uma grande dificuldade em colocar equipas no terreno, como é o caso das obras. Finalmente, informou que, o que está em causa é a renovação de 11 contratos, dos 22 que acabariam em janeiro de 2014, concretamente para os seguintes lugares: 2 assistente operacionais cantoneiros para o Departamento de Obras Municipais, 3 assistente operacionais de auxiliares de serviços gerais afetos ao serviço de Proteção Civil, 1 assistente técnico afeto ao serviço de Ação Social, 1 assistente

técnico afeto à Divisão de Planeamento, Contratação e Património, 2 assistentes técnicos para o Serviço Municipal de Fiscalização, 1 assistente técnico afeto ao Serviço Municipal de Comunicação e Relações Públicas e 1 assistente técnico do Serviço Municipal Administrativo e de Recursos Humanos. Finalmente informou que, com a renovação deste 11 contratos, o Município apenas consegue reduzir em 40,5% e não 50%, embora permitindo a Lei que, por proposta da Câmara, a Assembleia possa autorizar que, em vez de reduzir em 50% de contratados, se possa reduzir apenas em 40%. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocada à votação a autorização da renovação de 11 contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e redução de 40,5% em 2013 de contratos a termo certo dos trabalhadores da Câmara Municipal de Cantanhede, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho de Administração da Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA e indicação do Fiscal Único»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que se propõem as remunerações dos Membros do Conselho de Administração da INOVA, EM-SA, sendo certo que aquelas remunerações, conforme disposição legal em vigor, nunca poderão ser superiores ao ordenado do Presidente da Câmara.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Prof. Abel Carapêto, informando que, após análise cuidada daqueles estatutos, a sua bancada considera exagerado que as ajudas de custo representem 20% da remuneração de um vereador.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, que o Executivo não tem esse entendimento, considerando correto e razoável que 20% do ordenado de vereador seja para as despesas de representação, o que representa neste caso, 521,00 €-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi a proposta do Estatuto Remuneratório dos Membros do Conselho de Administração da Inova, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA e indicação do Fiscal Único, colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- **De seguida o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou que, os próximos 5 pontos da ordem do dia, do 21.º ao 25.º, dizem respeito aos contrato-programas/Gestão a celebrar com a INOVA, EM-SA e solicitou que os mesmos fossem explicados conjuntamente, passando-se de seguida à discussão de cada um e às respetivas votações.**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, solicitou à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, na qualidade de administradora da INOVA, EM-SA, não remunerada, que prestasse as informações julgadas necessárias.-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio alertando os Presidentes de Junta para o facto de, decorrente da nova lei, existem competências que irão ser delegadas nas Juntas de Freguesia, prevendo-se que serão presentes na próxima Assembleia os acordos de execução que a Câmara irá estabelecer com as mesmas. Informou ainda que, entendeu-se de comum acordo que, algumas áreas manter-se-ão através destes contratos com a INOVA, continuando em 2014 da mesma forma que em 2013, sendo posteriormente analisados de que forma todas aquelas áreas contempladas na nova Lei poderão ser delegadas nas Juntas de Freguesia. De seguida informou que: - O contrato-

programa destinado à limpeza urbana, tem o valor total de 219.420,00 €, a efetuar em 12 prestações mensais, com início em janeiro de 2014; - O contrato-programa destinado às piscinas municipais, tem o valor total 120.540,00 €, a efetuar em 12 prestações mensais, também com início em janeiro de 2014; - O contrato-programa para a Quinta Agrícola Biológica, tem um valor total de 42.400,00 € e será pago na mesma forma; - O contrato-programa para os Transportes Urbanos de Passageiros, tem um valor total de 35.510,00 €, sendo o seu pagamento também da forma dos pagamentos dos anteriores; - Relativamente ao contrato-programa relacionado com os espaços verdes, informou que a INOVA, EM-SA, consultou todas as Juntas de Freguesia no sentido de conhecer a intenção de ser a própria Junta a receber a verba e a proceder ao arranjo dos espaços verdes ou dar essa autonomia à INOVA para que o possa fazer. Neste caso, o valor total é de 622.380,00 € a pagar nos mesmos moldes dos anteriores.-----

----- **Não havendo qualquer pedido de intervenções relativamente ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para a limpeza urbana para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA», foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para as Piscinas Municipais para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA», relativamente ao qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado à votação e aprovado por unanimidade;-----**

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para a Quinta Agrícola Biológica para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA»;**-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Dr. Luis Pato, o qual questionou sobre o destino dos produtos agrícolas cultivados na Quinta Agrícola Biológica da INOVA, EM-SA.-----

----- Respondeu o Sr. Dr. Serafim Castro Pires, administrador da INOVA, EM-SA, informando que aqueles produtos se destinam essencialmente à venda direta ou aos animais, sendo certo que não se consegue vender a totalidade dos bens produzidos e que o produto daquelas vendas não dá para cobrir as despesas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação o Contrato-Programa/Gestão para a Quinta Agrícola Biológica para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para os Transportes Urbanos de Passageiros para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu de seguida a palavra à Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual apresentou uma proposta da Bancada do PS do seguinte teor: *“Sabemos que o envelhecimento progressivo da população e o aumento da esperança média de vida, se revela como uma necessidade crescente de melhorar a nossa intervenção por forma a proporcionar melhores condições de vida aos idosos e às pessoas com necessidades especiais. Sabemos também que*

*vivendo mais tempo, as pessoas estão mais vulneráveis perante as dificuldades que vão surgindo, o que determina a necessidade e a concretização de respostas mais globais, eficazes e humanizadas, que tenham em conta uma melhor organização e eficiência dos recursos existentes. Ao analisar o perfil da população do nosso concelho, quase 20% do total da população tem mais de 65 anos; cerca de 38% de famílias com idosos e cerca de 25% dos idosos apresentam grau de dependência. O índice de envelhecimento da população do concelho de Cantanhede é de cerca de 86.6% e a relação de dependência ronda os 53.4%. Considerando as necessidades das pessoas, as limitações de mobilidade cada vez mais acentuadas, acrescidas muitas vezes pelo fator económico e a falta de transportes públicos entre as várias localidades que se localizam na periferia da cidade. O grupo de Deputados do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, propõe que seja efetuado um estudo técnico, no sentido de alargar o serviço de transporte urbano a toda a malha urbana da cidade, ou seja, às localidades de Lemedo, Varziela, Póvoa da Lomba e Pocariça.”-----*

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado à votação o Contrato-Programa/Gestão para os Transportes Urbanos de Passageiros para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação do Contrato-Programa/Gestão para o Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura, o qual informou que a Junta de Freguesia que representa, há um ano atrás decidiu entregar os arranjos paisagísticos à INOVA, EM-SA, tendo-se verificado que tudo correu bem, apesar dos espaços verdes não terem ficado tão bons quanto eram anteriormente e alertou a INOVA, EM-SA para um maior rigor na execução daquelas tarefas.-----

----- Interveio de seguida a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.<sup>a</sup> Aidil Machado, a qual apoiou as palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Sr. Carlos Ventura e alertou para o facto de, no lugar de Montinho existirem dezenas de árvores que necessitam de ser podadas.-----

----- Falou ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murteide, Dr. Carlos Fernandes, o qual, aproveitando a presença do Sr. Dr. Serafim Castro Pires, administrador da INOVA, EM-SA, informou que tem tido alguma dificuldade em articular o pessoal da Junta para acompanhar a varredura mecânica e sugeriu que os trabalhadores da INOVA, EM-SA que efetuam aquele trabalho façam o acompanhamento dos trabalhadores das juntas de freguesia, uma vez que existe desfasamento entre os horários que são combinados e os que são praticados.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação o Contrato-Programa/Gestão para o Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes para o ano de 2014, a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA, Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 26 – «Apreciação, discussão e votação da alteração ao artigo 23.º dos estatutos da “INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA»;**-----

----- Tomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, a qual informou que, este ponto tem a ver com a obrigatoriedade da adoção de sistemas de contabilidade analítica para permitir a identificação dos rendimentos gastos, relativos a cada uma das atividades da INOVA, EM-SA.-----

----- Interveio ainda o Sr. Dr. Serafim Castro Pires, administrador da INOVA, EM-SA, informando que, apesar de já constar do contrato da gestão delegada, entendeu-se por bem que a obrigatoriedade da contabilidade analítica por cada uma das atividades também constasse dos estatutos da Empresa, devido à questão da autossustentabilidade de cada uma das atividades e depois da afixação das taxas que não podem depender umas das outras.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada à votação a alteração ao artigo 23.º dos estatutos da “INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM-SA”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da nova constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e eleição do Presidente da Junta de Freguesia que representará a Assembleia Municipal naquela Comissão».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que a bancada do PSD propunha para representante da Comissão Municipal de Defesa da Floresta o Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Manuel Monteiro Pais Alves, ficando aquela proposta identificada com a letra A. Por parte do PS não foi apresentada qualquer proposta. De seguida deu a palavra ao Sr.

Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual aproveitou para dar os seus cumprimentos pessoais, mas também em nome da bancada do PSD, a dois membros da Assembleia Municipal, Eng.º Rogério Marques que cessa funções como Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede, digníssima Associação que presta socorro e apoio a todos os Municípios do Concelho e ao Dr. Adérito Machado que toma posse enquanto novo Presidente daquela Direção, bem como a todos os órgãos sociais quer cessantes quer aos que são empossados na data da presente sessão.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Prof. Abel Carapêto, solicitando informação sobre quais os elementos que compõem a nova Comissão Municipal de Defesa da Floresta.-----

----- Respondeu a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, informando que as Comissões Municipais de Defesa da Floresta foram criadas através da Lei 14/2004, de 8 de maio, obrigando a que os elementos que a compõem pertençam a diversas entidades, por exemplo a Autoridade da Floresta Nacional, o Instituto da Conservação da Natureza, o Comando dos Corpos dos Bombeiros representantes no concelho, a Guarda Nacional Republicana, às quais deverá ser solicitado o nome dos seus representantes. Por sua vez a Assembleia Municipal também deve indicar um seu representante, de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificando-se o seguinte resultado: -----

----- Lista A:-----

----- 27 Votos a favor; -----

----- 4 Votos contra. -----

----- 3 Abstenções;-----

----- Apurada a respetiva votação foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Sr. Fernando Manuel Monteiro Pais Alves, para o cargo a que havia sido proposto.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 28 – «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal de 17/12/2013 / Para conhecimento»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que em sessão de 17/12/2012, a Assembleia Municipal aprovou uma autorização prévia genérica favorável à assunção de diversos compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, sendo que a Câmara vem agora informar a Assembleia Municipal dos compromissos plurianuais que entretanto assumiu a partir de 17/08/2013 até 12/12/2013, sendo eles, entre outros, refeições escolares, transportes escolares, fornecimento de energia, prestação de serviços de deficiência para as piscinas e seguros. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção sobre este assunto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 29 – «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual em diversos procedimentos com impacto nos exercícios económico de 2014 e seguintes»;**--

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de um pedido de autorização para alguns compromissos decorrentes de concursos

que foram abertos e que produzirão efeitos nos anos seguintes. Informou ser o caso dos concursos continuados de inertes de calcário, de massas betuminosas, de gasóleo e de manutenção de relvados. Informou ainda que, decorrente da imposição da lei dos compromissos, também se propõe a deslocalização de alguns compromissos de 2013 para 2014, que não sendo imputável à autarquia, por algum atraso de quem forneceu o serviço, devem ser deslocalizados para o ano seguinte. De seguida, exemplificou alguns casos, como sejam, a carta social, o plano municipal de emergência e proteção civil, o mapa de ruído do PU de Cantanhede, a avaliação de impacto ambiental do PDM, o plano municipal de ordenamento florestal e alguns subsídios destinados a famílias carenciadas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada à votação a autorização da assunção do compromisso plurianual em diversos procedimentos com impacto nos exercícios económico de 2014 e seguintes, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 30 – «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual para o concurso público para: “Construção do Centro Escolar de Cantanhede”»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu de novo, a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que o presente assunto é apresentado individualmente pelo facto da obra em causa necessitar do Visto do Tribunal de Contas. Explicou ainda que se trata do procedimento para a construção do Centro Escolar de Cantanhede, obra que o Município candidatou e que pretende executar na zona junto às Piscinas Municipais, ao Campo de Ténis, à Escola Secundária e à EB/2.3, num local determinante e importante na área da Educação e que se irá desenvolver em 2 anos económicos,

ou seja, em 2014 e 2015, pelo que é necessária a autorização da Assembleia Municipal. Informou ainda que o custo daquela empreitada se encontra estimado em cerca de 1.997.055,69 €, valor que será acertado no ato da adjudicação.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada à votação a autorização da assunção do compromisso plurianual para o concurso público para: “Construção do Centro Escolar de Cantanhede”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 31 – «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual para o concurso público para: “Construção do Pavilhão Desportivo de Febres”»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de um assunto idêntico ao votado no ponto anterior, mas destinado à construção do Pavilhão Desportivo de Febres. Explicou de seguida que, houve a possibilidade de fazer uma candidatura ao QREN para aquele pavilhão, propriedade da Associação Gira-Sol, e que parte dos capitais serão obtidos através daquela candidatura e outros serão assumidos pela própria Gira-Sol, através de um depósito a prazo que detém, não existindo qualquer envolvimento financeiro por parte da Câmara. Finalizou dizendo que a obra estará a decorrer, transitando, uma parte para o ano de 2014, e outra parte para 2015.-----

----- Interveio o Sr. João Paulo Vagos, questionando sobre qual a entidade responsável pela gestão e manutenção do pavilhão.-----

----- Respondeu a Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Maria Helena Teodósio, informando ser evidente que, se a situação fosse diferente, e fosse a própria Gira-Sol a assumir tudo, a gestão seria feita pela própria Associação, certamente em articulação com as

associações locais e com a Junta de Freguesia. Como houve interesse tanto para Febres como para o Município, conseguindo-se uma verba para a construção de um equipamento importante e como a própria Associação também vai assumir parte da verba, informou ter a convicção que o protocolo de gestão transitará para a própria Associação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada à votação a autorização da assunção do compromisso plurianual para o concurso público para: “Construção do Pavilhão Desportivo de Febres”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de autorização prévia no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em atraso»;**-----

----- Voltou a falar a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, informando que, tal como foi solicitado no ano anterior, se trata do pedido de autorização prévia genérica, conforme estipula a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, ficando a Câmara Municipal obrigada a dar conhecimento desses mesmos compromissos plurianuais que irá fazendo ao longo do próximo ano de 2014.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocada à votação o pedido de autorização prévia no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em atraso, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2014»;**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou que,

anteriormente, as Câmaras tinham um quadro de pessoal com um determinado tipo de lugares que poderiam ir abrindo à medida das necessidades, o que já não acontece, tendo a Câmara de anexar o mapa de pessoal com a previsão dos trabalhadores que entende necessários para o ano seguinte. Referiu ainda que o mapa de pessoal que se apresenta não tem grande oscilação em relação ao que já existe, continuando a existir áreas com algumas carências. Acrescentou que, em 2011, a Câmara tinha 236 pessoas a tempo indeterminado e 80 a contrato, em 2012 houve uma grande redução devido a aposentações, passando-se para 229 pessoas a tempo indeterminado e 46 a contrato e em 2013 passou-se para 220 pessoas a tempo indeterminado e 37 a contrato. Para 2014, prevêem-se 217 pessoas a tempo indeterminado e 22 a contrato. Informou ainda que a Câmara tem margem para poder abrir concursos para o quadro, uma vez que o seu efetivo baixou 6%, quando a lei exigia baixar apenas 2%. Por esse facto, há uma proposta para a possibilidade de abrir 9 lugares para o quadro, destinados a pessoas que já desempenham funções no Município, seja com estágios, a contrato, como avançados ou como outras figuras que já existiram, alguns há mais de 15 anos sem terem as suas situações regularizadas. Deu como exemplo a situação das funcionárias que estão nos Jardins de Infância, as quais continuam a trabalhar através de protocolos estabelecidos com Juntas de Freguesia e as IPSS's. Informou ainda que os 9 lugares a abrir, dizem respeito a 1 mecânico, 1 motorista, 2 pessoas para a limpeza, 2 para a área administrativa, 1 encarregado de pessoal operário, 1 assistente técnico e 1 técnico superior e alertou para o facto de qualquer pessoa que trabalhe na Função Pública poder concorrer àqueles concursos. Acrescentou que, no momento, o Município tem trabalhadores assistentes operacionais com Mestrados e a exercer funções técnicas, pelo que, não podendo haver reclassificações por

estarem impedidas na função pública, serão abertos concursos, no sentido de tentar dar algum ânimo e alguma possibilidade aos funcionários que desempenham bem as suas funções e que têm boas informações por parte das chefias. -----

----- Interveio de seguida o Sr. Dr. Luis Pato, informando que houve uma situação muito semelhante que foi resolvida nos Institutos Politécnicos, com ex-encarregados e que passaram todos para técnicos superiores, com contratos por tempo indeterminado, sugerindo que o Município se informasse junto do departamento jurídico daquela entidade.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, acrescentando que tem havido por parte das chefias dos Recursos Humanos uma preocupação latente perante esta situação, mas, não podendo haver reclassificações, estas situações tornam-se muito complicadas. Disse ainda tratarem-se de situações de grande injustiça que ocorrem, não só em Cantanhede, mas também um pouco por todo o país, sendo bastante favorável poder haver uma certa abertura, sendo certo que implicaria um aumento em termos de despesa, mas significaria algum incentivo e a valorização das pessoas que se torna importante fazer. Acrescentou ainda que, relativamente às trabalhadoras que estão nos Jardins de Infância, foi feita uma carta ao Senhor Ministro a expor a situação, tendo o mesmo transmitido que o Município podia abrir concurso, mas que aquelas trabalhadoras não poderiam concorrer. Por esse facto, optou-se por voltarem a ter vínculos com as IPSS`s, as Juntas de Freguesia e com as Associações de Pais, até que haja alguma possibilidade de encontrar uma outra situação.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2014, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação dos capitais do seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais»;**-----

----- Interveio a Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, informando tratar-se do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal, cujos valores, estipulados por lei, foram acordados numa reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Informou ainda que se propõe para cada membro da Assembleia Municipal os seguintes valores: morte ou invalidez permanente 25.000,00 €, incapacidade temporária 12,50 € por dia, despesas de tratamento e repatriamento 2.500,00 €, despesas de funeral 2.500,00€-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado à votação a proposta de fixação dos capitais do seguro de acidentes pessoais dos eleitos locais, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 35 - «Apreciação, discussão e votação da quinta Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2013».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, a qual informou que houve necessidade de criar novas rúbricas, pelo facto de se terem feito duas candidaturas à ADELO, nomeadamente, a candidatura destinada ao Centro Interpretativo de Arte Xávega, destinada à construção que se pretende fazer na Praia da Tocha no edifício da GNR e a candidatura destinada à remodelação e beneficiação do Núcleo Piscatório da Praia da Tocha, para a construção de apoio aos pescadores existente no areal. Informou ainda haver necessidade de reforçar o plano plurianual de investimento

para o ano de 2014 e 2015 por causa da transferência já referida para o Centro de Neurociências.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado à votação a quinta Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2013, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 36 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2014».**-----

----- Voltou a intervir a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Helena Teodósio, a qual informou que, com o orçamento apresentado para o ano de 2014, pretende-se estar em conformidade com algumas situações, nomeadamente, com a realidade nacional, no que concerne, sobretudo as despesas correntes, mas preservando a questão de investimento e que o considera um orçamento rigoroso e empreendedor. Informou então que, o orçamento para 2014, com um valor de 22.455.000,00 €, representa um decréscimo de 2% relativamente ao orçamento apresentado em 2013, com menos 410.000.00 €, tendo como receitas correntes 16.520.000,00 €, receitas de capital de 5.935.000,00 €, despesas correntes 12.780.000.00 € e despesas de capital 9.675.000.00 €. Referiu também que, tal como acontece nos outros Municípios, tem havido uma grande flutuação em termos de receita, a qual tem vindo a decrescer e que o orçamento foi elaborado em consonância com a arrecadação real da receita do Município, evitando-se a sobre orçamentação da receita, indo assim ao encontro da nova Lei das Finanças Locais, a qual refere que a taxa de execução da receita deve ser superior a 85%. Explicou ainda que, a diminuição da receita tem também a ver com o decréscimo das receitas da autarquia ao nível das transferências da Administração Central, mas também, com a

diminuição das receitas das taxas urbanísticas pela contração da construção civil. Referiu ainda que as despesas surgem equilibradas e que para se poder racionalizar os custos de funcionamento houve um aumento na aquisição de bens e serviços. Informou também que o IVA tem um impacto negativo, seja no que toca à eletricidade, seja nos combustíveis. Acrescentou que o orçamento apresentado poderá ter alguns acertos ao longo do ano, decorrentes da delegação de competências nas freguesias previstas na Lei n.º 75/2013, mas também pela arrecadação de receitas provenientes de candidaturas a fundos comunitários. De seguida efetuou uma análise ao nível das funções, salientando ao nível das funções gerais a administração geral, onde se apresenta um valor de, mais ou menos, 217.000,00 €, que tem a ver com a regularização das condições técnicas e materiais. Acrescentou que foi efetuada uma candidatura de cerca de 600.000,00 € ao SAMA, que sendo aprovada, permitiria um salto de grande qualidade para a Câmara Municipal em termos informáticos e de modernização administrativa. Referiu também que, relativamente à proteção civil e à luta contra incêndios, foi efetuado um protocolo de 30.827,00 € com os Bombeiros Voluntários de Cantanhede, destinado à vigilância nas Praias. Aproveitou ainda este assunto para saudar o futuro Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, Dr. Adérito Machado e desejar-lhe um excelente mandato, bem como para transmitir ao Sr. Eng.º Rogério Marques o seu apreço pessoal pelo seu desempenho naquela associação. Passando às funções sociais, informou que, a educação continua a ser um dos alicerces em que deve assentar o desenvolvimento social do Concelho, pelo que se propõe um investimento de 2.532.000,00 €, corresponde a cerca de 23% das grandes opções do plano, salientando nesta verba a construção do Centro Escolar de Cantanhede, mas também os Centros Escolares de Ançã e Cadima, que, embora

já se encontrem em funcionamento, necessitam ainda de algumas adaptações. Informou também que ao nível do investimento, mas com impacto ao nível do PPI, nas atividades mais relevantes a educação continua a ser um dos pontos de forte impacto, pois ultrapassa o valor de 1.700.000,00 €. Exemplificou, 775.000.000,00 € para as refeições escolares, 657.000,00 € para os transportes escolares e 300.000,00 € para a componente de apoio à família. Relativamente à área social, referiu os auxílios económicos e as bolsas de estudo e, relativamente à área da saúde, o relevo para a remodelação e a requalificação da Unidade de Saúde Familiar “As Gândras”, através de um protocolo estabelecido entre o Município e a ARS e que irá abranger as freguesias de Febres, Vilamar, Corticeiro de Cima e S. Caetano. Referiu ainda que se pretende continuar com o financiamento dos Postos de Enfermagem nas freguesias que não dispõem de extensões de saúde, atribuindo-se uma verba de 27.795,00 €, embora haja lugar a algumas alterações devido à união de algumas freguesias, nomeadamente, Pocariça que se agregou a Cantanhede que tem extensão de saúde e Camarneira que se agregou a Covões que também tem extensão de saúde. Por serem situações muito delicadas, informou que se vai aguardar pelo desenvolvimento da USF de Febres, ponderando-se a colocação de um posto de enfermagem em Vilamar, Corticeiro de Cima e São Caetano. Ao nível de Ação social, informou que tem havido, com o impacto da crise, uma intervenção significativa naquela área em matéria de ação social, tendo a Câmara Municipal colocado no seu orçamento, a verba de 149.686,00 €, para colmatar as parcerias que entretanto foram terminando e destinadas tanto a apoiar os agregados familiares em situação de extrema carência económica, controlado pela Divisão de Ação Social, como as IPSS's. Informou também que, relativamente à beneficiação e conservação do património municipal existe uma verba de

308.225,00 €, destinada ao antigo posto da GNR da Praia da Tocha e que se pretende candidatar a fundos comunitários. Na parte do Ordenamento do Território, informou prever-se uma despesa de 223.279,00 €, essencialmente para infraestruturas urbanísticas por todo o concelho e cerca de 92.000,00 € para a requalificação dos Moinhos da Taboeira. De seguida fez referência a várias candidaturas à ADELO, destinadas a todo o concelho, com cerca de 60% de fundos do PRODER e que se destinam à Escola de Outil, a Casa Carlos de Oliveira, à Escola de Vila Nova, à Escola Velha de Lemedede, à Escola do Montouro, à ARCO-Covões, à casa Amarela de Cadima e à EB1 da Lapa, em Ourentã. Relativamente à questão das funções a encargo da INOVA, lembrou os contratos programa já falados na sessão e alertou de novo para as alterações decorrentes da nova Lei sobre as transferências para as Juntas de Freguesia. No que toca à Cultura, informou existir uma verba de 255.484,00 €, destinada ao apoio que é dado anualmente à atividade do movimento associativo, tendo-se entendido que, mesmo em altura de crise, a mesma se deve manter. Informou ainda existir uma verba de 2.739.000,00 € destinada à área do Desporto, Recreio e Lazer, onde está incluído o Pavilhão Desportivo de Febres já referido, financiado 85% através do QREN e 15% através da Gira-Sol, mas também à conclusão do Parque Desportivo de Ançã e ao Polidesportivo de Sepins. Referiu ainda que, também na área desportiva, existe uma verba de cerca de 210.000,00 € para apoiar as Associações daquela área. Passando para as funções económicas, informou que na parte da Indústria e Energia, existe um valor de 1.166.000,00 €, em que cerca de 160.000,00€ se destina a ampliação das infraestruturas elétricas das zonas industriais, área na qual se entendeu apostar, tendo em vista a fixação das empresas e conseqüentemente a criação de mais emprego. Destinada à iluminação pública, a existência de uma

verba de 817.645,00 €, cerca de 17.000,00 € para mercados e feiras e 54.000,00 € destinado ao Turismo, sobretudo para obras de beneficiação dos Postos de Turismo e alguma intervenção pontual que possa vir a ser necessária no Parque de Campismo da Praia da Tocha. Ao nível das outras funções, referiu as transferências entre administrações, salientando o valor de 644.226,00 € para as Juntas de Freguesia. Finalmente, esclareceu que a Câmara está a cumprir a lei dos compromissos, encontrando-se com um prazo médio de pagamentos de cerca de 30 dias.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, fazendo dois comentários, o primeiro respeitante ao aumento da subida da taxa da eletricidade que foi superior à taxa de inflação e o segundo relativo a uma notícia que dizia que a própria EDP, iria diminuir para metade a iluminação pública pelas estradas do país, trabalho que já foi feito pelo Município de Cantanhede em colaboração com os Presidentes das Juntas de Freguesia, sendo certo que a fatura da luz continua a ser muito elevada.-----

----- Pediu, de seguida a palavra o Sr. João Paulo Vagos, o qual reforçou a ideia de que a discussão de um dos pontos mais importantes para o ano de 2014 não deveria ser debatida no final da sessão e agradeceu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal o facto dos documentos necessários para a apreciação do mesmo terem sido enviados por e-mail, facilitando assim o estudo e compreensão dos mesmos. De seguida procedeu à leitura e comentou uma declaração de voto apresentada pela Bancada do Partido Socialista do seguinte teor: “ *Atendendo à importância do documento do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014 e ao tempo disponível para a sua análise, importa referir o seguinte:- Trata-se de um orçamento 2% abaixo que o ano anterior (410 mil eur); - Do lado da receita corrente*

*aproximadamente 5 milhões €, resultam de 3 impostos (IMI, IRS, Derrama): preveem 3,4 milhões € de IMI, 637 mil € de Derrama (imposto sobre as empresas do concelho) e 838 mil € de IRS; - Vendas de Bens de Investimento (Património) – 2,896 milhões euros; - Do lado da Despesa: Valor demasiado elevado para as aquisições de bens e serviços correntes, que se mantém acima dos 5 milhões euros.*

*- Existe um agravamento do Passivo financeiro em mais de 270 mil eur, comparativamente com o orçamento do ano passado. As despesas com o passivo financeiro são mais de 3,121 milhões euros; - Este orçamento não reflete uma diminuição dos Impostos, apesar da descida em 0,01%IMI. O que apenas vem confirmar o que dissemos, de que esta descida é “irrisória”; - Não contempla a abertura de Postos de enfermagem nas freguesias onde não existe extensão do centro de saúde, nomeadamente: Vilamar, Corticeiro e São Caetano; - Não contempla a construção do Novo Parque de Campismo da Praia da Tocha; - Não aumentaram as Bolsas de Estudo para os alunos do ensino superior do concelho: - Não contempla um Programa de identificação e apoio aos idosos que se encontram a viver sozinhos no concelho de Cantanhede; - Não contempla a construção de Habitação Social; - Aparece uma verba irrisória de 9 Eur para Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca; - Quotizações de 37.025,00€ mensais, mesmo sem fazer parte da RECEVIN – rede europeia das cidades com vinho; - Não surge uma Ligação da saída da A17 (rotunda da EN109) na Tocha à estrada da Praia da Tocha embora previstos 274.375,00€ para viadutos e arruamentos em outras construções de bens de domínio público. Nas Grandes Opções do Plano, assiste-se ao adiar de obras, que aparecem com quantias irrisórias, e já figuravam em orçamentos de anos anteriores: - Construção do Museu de Artes e Colecionismo – 1€; - Construção Piscina Tocha – 1€; - Centro interpretativo da Arte Xávega – 1€; - Infraestruturas*

*Zona Industrial Ançã – 1€; - Requalificação da Ribeira de Ançã – 1€; - Requalificação Olhos da Fervença – 1€; - Construção Parque de Exposições de Cantanhede (Expofacic) – 1€; - Construção do Novo Parque de Campismo da Praia da Tocha – 1€. Por todas estas razões elencadas acima os Deputados Municipais eleitos pelo PS, abaixo assinados, abstém-se no orçamento para 2014.”-----*

----- De seguida foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que estas rubricas assinaladas com uma verba muito reduzida, são rubricas que foram decididas manter abertas para a eventualidade de, no ano civil de 2014, haver a possibilidade por qualquer motivo, se poderem iniciar aquelas obras, sem a necessidade de terem de voltar à Assembleia. Acrescentou ser um sinal da intenção do Executivo poder, eventualmente, promover aqueles investimentos. Informou ainda que, na última reunião camarária, a INOVA, EM-SA apresentou o seu plano de ação para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, com investimentos na ordem dos 12.000.000,00 €, destinados as renovações das linhas de água, das redes de saneamento, de águas residuais, sendo um processo que, irá com certeza criar dívida à própria Empresa Municipal. Acrescentou que foi a INOVA, que fez aquele plano, mas que o mesmo faz parte da gestão do Município, com a libertação anualmente de verbas para amortização da dívida e pagamento dos juros de capital. Exemplificou ainda situações que o Município não tinha contemplado, não existindo rubricas abertas e que, de um momento para outro teve a necessidade de reativar, como foi o caso do Centro Educativo de Cantanhede. Explicou também que, há um ano atrás, havia um concurso aberto, pronto a adjudicar e que, por decisão do governo, foram retirados 400.000.000,00 € aos projetos dos Municípios por causa do programa “Impulso Jovem”, onde o Centro Educativo de Cantanhede foi também retirado na negociação que se fez com o Mais Centro. Informou ainda

que, o mesmo aconteceu com o Pavilhão de Febres, investimento programado e já com financiamento que teve de recuar por causa do mesmo programa “Impulso Jovem”. Informou também que, em reunião havida com os órgãos de gestão do Mais Centro, foi informado que seria aberto concurso, para cerca de 30.000.000.00 € para determinados processos relacionados com a coesão territorial e para o qual o Município já sinalizou um ou dois projetos previstos.-----

----- Retomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara. Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, acrescentando que a verba existente ao nível da receita corrente em contrapartida com a receita de capital, decorre também de uma alteração de procedimento nas transferências das verbas do Estado. Assim, informou que, as transferências que vêm do Estado e que eram de 80% para a receita corrente e 20% para a receita de capital, foram alteradas, passando a ser de 90% para a despesa corrente e de 10% para a receita de capital, sendo assim o Estado que impõe que a verba seja partida daquela forma. Relativamente aos passivos financeiros, informou que as verbas existentes são decorrentes das opções efetuadas pelos Executivos anteriores, uma vez que, quando um executivo toma posse, assume as dívidas dos Executivos anteriores. Referiu ser também uma questão política, assumida pelo Executivo, pois se havia um quadro comunitário de apoio e verbas à disposição para se poder fazer investimentos em diversas áreas consideradas estruturantes, a opção devia ser tomada, indo à banca porque não havia receitas suficientes o que levaria a um endividamento, porque o concelho precisava de concluir a rede de saneamento ou a rede de água ou de fazer investimentos na área dos Centros Educativos, entre outros. Referiu ainda que o mais importante é que a Câmara Municipal está a cumprir com os compromissos assumidos. Relembrou que se está a finalizar o ano sem pagamentos em atraso, cumprindo com a Lei dos Compromissos, pagando a

pronto quando é vantajoso, considerando que, continuando com este equilíbrio, se consegue ter uma boa saúde financeira para o Município. Informou ainda que, relativamente à venda de bens e investimento, a Câmara Municipal tem para além dos lotes das zonas industriais, outro património, concretamente, apartamentos e lojas que existem e que se entende alienar apenas quando o mercado for mais simpático para a venda. Relativamente à iluminação pública, informou que, o coordenador da área, Eng.º Luis Cutelo e a Eng.ª Anabela, Diretora do Departamento de Obras Municipais, fizeram um trabalho exaustivo com as Juntas de Freguesia tendo analisado e retirado a iluminação que não era necessária, mas mesmo assim, esse trabalho não compensou a questão do aumento do IVA na faturação da EDP. Informou também que o Município de Cantanhede para além de pagar à EDP, também recebe daquela entidade pelo aluguer de espaços. Relativamente aos custos com comunicações, informou que, nem todos os funcionários têm telemóvel de serviço e que os que os têm são controlados mensalmente, através de plafond, que se for ultrapassado, a diferença será pago pelo próprio funcionário e acrescentou que as comunicações abrangem, para além dos telemóveis, os telefones fixos das instalações espalhadas pelo Município, assim como as escolas e os Jardins de Infância.-----

----- Voltou a intervir o Sr. João Paulo Vagos, afirmando que as questões levantadas não têm de maneira nenhuma a intenção de avaliar o rigor com que o Executivo faz os contratos ou gere as verbas, mas sim a possibilidade de se poder fazer uma análise mais profunda, no sentido de se equacionar se, nalgumas situações, não seria possível reduzir mais um pouco na despesa. Relativamente à colocação de rúbricas abertas com 1,00 €, esclareceu que a questão tem a ver com o facto das mesmas rúbricas estarem colocadas em orçamentos consecutivos

abertos com 1,00 €, representando obras que vêm sendo adiadas há algum tempo, ou se, não são de tal maneira importantes que vêm outros projetos e estas ficam para traz e passam de ano para ano. -----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual após fazer algumas considerações sobre o orçamento apresentado, deu os parabéns ao Executivo pelo trabalho que têm desenvolvido no Concelho. De seguida apresentou uma declaração de voto subscrita pelos membros da Bancada do Partido Social Democrata do seguinte teor: *“Infelizmente, a declaração de voto do PS sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2014 é apenas mais do mesmo, é apenas um conjunto de frases soltas sem base de sustentação e, pior ainda, sem apontar qualquer crítica construtiva ou qualquer solução digna desse nome. A título de exemplo, refira-se que o PS-CANTANHEDE defende a criação de um programa de identificação e apoio aos idosos a viver sozinhos, o que apenas pode demonstrar o seu desfasamento das realidades locais e a sua falta de conhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos serviços de ação social, pelas diversas autarquias locais, pelas IPSS`s e pelas forças policiais, que há muito estão no terreno a desenvolver projetos nesta área. Desde 2008 até à data, na sua postura de transparência e informação, o Executivo Municipal já explicou por mais de uma dezena de vezes que a verba relativa à venda de bens de investimento tem um carácter previsional e dependerá sempre dos meios, oportunidades e valores do mercado. Apesar da explicação ter sido sempre inteiramente aceite, constata-se que o PS, fazendo tábua rasa da discussão prévia, persiste em fazer constar essa pergunta em todas as declarações de voto emitidas ao longo destes seis anos, tanto na Câmara, como na Assembleia Municipal, numa atitude injustificada de teimosia. Em contraponto com os considerandos absolutamente despropositados do PS, o*

*Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2014 evidenciaram um assinalável rigor técnico e os pressupostos que estão na base das opções tomadas pelo Executivo Camarário estão devidamente fundamentados, com argumentos que primam pela clareza e profundidade, o que de resto configura uma demonstração de grande respeito pelos munícipes do concelho de Cantanhede. Sendo certo que pode haver uma ou outra opção mais discutível e que pode haver um ou outro aspeto que poderia eventualmente ser equacionado de outro modo, o que resulta de uma análise cuidada de todas as variáveis é o sentido de equilíbrio e a coerência interna de um documento orientado para o prosseguimento do ajustamento orçamental que a Câmara Municipal tem vindo a implementar. Na sua declaração de voto, o PS alude genérica e abstratamente a uma diminuição de 2% em relação ao Orçamento anterior, escondendo que tal diminuição, longe de ser criticável, resulta do esforço do Executivo para ajustar os documentos previsionais à realidade e de evitar a sobre orçamentação. Tão pouco se enquadra esta diminuição orçamental no novo quadro legislativo ou no âmbito global de crise e de forte contração económica. Parece ignorar-se que a diminuição geral das receitas dos municípios tem conduzido a medidas de contenção e que a Câmara Municipal de Cantanhede, como é óbvio, não foge à regra, pelo que tem vindo a fazer o seu próprio ajustamento orçamental, processo que foi bastante acentuado nos últimos anos e que agora está na sua fase de consolidação. E embora daí decorram, como seria de esperar, limitações orçamentais, a verdade é que o Executivo Camarário encontrou a fórmula certa para minimizar essas limitações e prosseguir com investimentos estruturantes, no quadro de uma estratégia que passa por tirar o melhor partido das oportunidades de financiamento comunitário e pela programação temporal da execução desses investimentos. Fazer mais com menos é a ideia que transparece do Orçamento para*

*2014, num assinalável esforço no sentido de fazer o Município ultrapassar os constrangimentos da conjuntura e reforçar a consolidação do processo de desenvolvimento do Concelho. Sendo certo que os recursos são sempre escassos e que um bom orçamento é aquele que aponta caminhos e soluções viáveis no sentido de tirar o melhor partido possível dos recursos disponíveis para fazer face às circunstâncias, então dificilmente seria de esperar melhor do que a proposta que o Executivo Camarário apresenta para 2014. Neste sentido, é penoso ver o PS consolidar a fantasia em texto, defendendo em simultâneo a diminuição da receita e o aumento dos investimentos. Finalmente, outro aspeto que faz sentido destacar é o que se prende com a orientação estratégica patente nas Grandes Opções do Plano, uma orientação destinada a promover a coesão territorial e a valorização do território, com investimentos que visam a diluição crescente das assimetrias que ainda persistem e a criação de condições para que os principais eixos de desenvolvimento económico e social aumentem as suas dinâmicas de progresso, na perspectiva de que o impacto desse processo terá impacto em todas as comunidades locais. O planeamento rigoroso dos investimentos tem que ter em conta, em cada caso, as necessidades e os objetivos a que se destina, as características locais e as possibilidades de rentabilização do ponto de vista económico e social. Pelo exposto, os elementos da bancada do PSD na Assembleia Municipal votam favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano-2014.”-----*

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual referiu que cabe aos elementos da Bancada do Partido Socialista, enquanto membros da Assembleia Municipal apontar caminhos ou alertar para opções que são por vezes as erradas, e que estão presentes nas sessões de mente aberta para discutir todos os assuntos com a maior das seriedades.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano, Dr.ª Eduarda Pedro, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns ao Executivo pela iniciativa da colocação de postos de enfermagem em locais onde não existem extensões de saúde, referindo ter a esperança de que, também a sua freguesia, que tem a extensão de saúde fechada a alguns anos, possa vir a ter um posto daqueles, enquanto a extensão de saúde se encontrar fechada e dado que a freguesia de S. Caetano é a mais envelhecida do concelho e os seus idosos não têm transporte e forma de se deslocarem para a freguesia de Febres, pelo que se vêm obrigados a pagar uma despesa de 20,00 € aos taxistas. Afirmou ainda que, irá unir esforços com o apoio da Câmara Municipal e com o Presidente da Junta da União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, no sentido de serem reabertas as extensões de saúde de S. Caetano, Vilamar e Corticeiro de Cima. Acrescentou que, todos os munícipes são contribuintes e que o Ministério da Saúde não está a cumprir o seu papel naquela área.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Dr. Luis Pato, sugerindo que, relativamente à questão dos gastos em comunicações, os serviços responsáveis dessem uma vista de olhos nas Leis da Comunidade da União Europeia no que concerne à questão da sociedade em rede e ver de que forma se poderia criar hotspots em Cantanhede, o que permitiria um decréscimo naquela despesa.-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, manifestando o seu apreço pessoal pela forma como o Sr. João Paulo Vagos apresentou as propostas do Partido Socialista, de uma forma correta e coerente, mas criticou o facto desse aspeto não se refletir na declaração de voto apresentada.-----

----- Retomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, acrescentando que, apesar não existir nenhuma rubrica para habitação social, o Executivo entende ser preferível, fazer-se esse mesmo apoio depois de ser analisado pela ação social, diretamente junto das famílias com maior carência, arranjando-se um telhado, uma casa de banho, primando-se pela melhoria e a requalificação das habitações das famílias com essas carências. Relativamente à questão das comunicações, acrescentou que a verba apresentada tem a ver não só com os telemóveis, mas também com os telefones fixos e a Internet, não só nos equipamentos do Município, mas também nas escolas e nos Jardins de Infância. Informou ainda que nessa verba também estão compreendidas as despesas de correio, sobretudo com as cartas registadas com aviso de receção.-----

----- Falou de seguida e em direito de resposta o Sr. Dr. Luis Pato, afirmando que, quando falou na questão dos serviços integrados, tratava-se precisamente da questão da internet e dos telemóveis e afins. Relativamente à questão das cartas com aviso de receção, alertou para o facto de, tal como ele, a maioria das pessoas não residir no local de trabalho e, por esse facto, não conseguir levantar as cartas registadas com aviso de receção. Assim, propôs, tendo em conta a quantidade de serviços existentes na Internet que permitem enviar documentos e obter a confirmação de receção dos mesmos, que a Câmara Municipal passasse a enviar as suas comunicações via internet, pois considera não ser necessário receber um documento físico, através de correio com aviso de receção, quando o aviso de receção eletrónico também é válido, para além da questão da comodidade de quem, como ele, trabalha das 9h00 às 17h00 e não está em casa a tempo e horas para receber uma carta registada.-----

----- Voltou a intervir a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, referindo não tratar-se apenas da questão de comodidade, mas também da questão legal que obriga a que alguns assuntos sejam obrigatoriamente enviados registados e com avisos de receção.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado à votação a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2014, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 26 votos a favor e 8 abstenções.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 37 - «Apreciação, discussão e votação da autorização para celebração do contrato de cessão de Exploração do Biocant».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual solicitou que fosse distribuída uma minuta do contrato de cessão de exploração em causa, informando que, se a mesma for aprovada, o contrato será assinado com data anterior a 1 de janeiro para poder entrar em vigor a 1 de janeiro de 2014. Acrescentou ter sido importante, toda a informação que o Sr. Prof. Carlos Faro disponibilizou, pois explicou todo o projeto do BIOCANT e acima de tudo o que se perspetiva em termos de futuro. Referiu ainda que, o contrato de cessão de exploração em causa, no fundo, tem a ver com o facto de todo aquele espaço passar para a alçada do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, o qual vai passar a gerir todo o edifício. Informou também que, na prática, parte das verbas que foram disponibilizados até este momento para o projeto do BIOCANT, representavam um subsídio à exploração do próprio parque, dos salários e das unidades de investigação aplicada. Acrescentou que, com a celebração daquele contrato de cessão de exploração, a Câmara Municipal entrega a exploração do

Parque ao CNC, diminuindo assim, significativamente os encargos no Parque. Explicou ainda que, conforme está plasmado no contrato, a CNC terá que ter receitas, nomeadamente, do aluguer dos espaços, das rendas dos edifícios e das suas prestações de serviços, esperando-se que o Centro de Neurociências faça a sua arrecadação de receita e consiga gerá-las de forma a poder pagar os encargos que passará a ter. Dessa forma, a Câmara Municipal, verá diminuídos substancialmente os seus encargos com as transferências com subsídios à exploração. Informou ainda que os ativos imobiliários serão sempre propriedade do BIOCANT, sendo o compromisso financeiro do Município apenas com a transferência de verbas anuais para fazer face à amortização da dívida relativa aos edifícios que foram construídos. Relativamente a essas verbas, informou ainda que, um empréstimo acaba em 2019, outro em 2020, sendo que, quando acabados aqueles edifícios serão propriedade do Biocant e da Câmara Municipal. Esclareceu ainda que, a Câmara Municipal foi a indutora do projeto, em termos de desenvolvimento económico para o Concelho, tendo sido muito importante que numa 1ª fase, se lucrasse com os recursos financeiros, afirmando-se agora nesta 2ª fase. Referiu ainda que o timing para a vinda do Centro de Neurociências foi o ideal, tendo sido confirmado pela própria equipa reitoral da Universidade de Coimbra, desejando-se que no próximo ano de 2014, o Centro de Neurociências de Cantanhede, faça parte integrante do Centro de Neurociências de Coimbra. Acrescentou ainda que a Câmara continuará com as duas associações, onde tem numa delas 90% e noutra 99%, continuando a ter a marca BIOCANT PARQUE, que passará também a ser gerida pelo CNC. Informou ainda que, ele próprio como Presidente da Câmara e sendo o Presidente do Conselho de Administração do BIOCANT, continuará a fazer a sua política de diplomacia económica e do próprio

BIOCANT, perspetivando um grau mais elevado, nomeadamente, ao nível do Ministério da Economia, privilegiando a atração de investimento direto do estrangeiro. Nesse campo, deu o exemplo da empresa CONVERDE, que celebrou há dois meses um contrato de ID de utilização dos serviços do BIOCANT por cerca de 120.000,00 €. Esclareceu também que se entende que, as grandes decisões que alteram a gênese daquele projeto têm que vir à Assembleia Municipal para aprovação. Relativamente ao contrato em causa, esclareceu ainda que o Município poderá receber uma taxa de 10% sobre a faturação do Centro de Neurociências.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Dr. Fernando Simão, o qual informou acreditar que a Câmara defenderá os interesses do Município e que as responsabilidades e as garantias essenciais para o Município estão salvaguardadas no documento em causa. Concluiu que, estando também a situação dos trabalhadores salvaguardadas, ouvidas as explicações dadas pelo Professor Carlos Faro e pelo Senhor Presidente da Câmara, informou ser da opinião de o contrato em causa poderá ser aprovado.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada a votação a autorização para celebração do contrato de cessão de Exploração do Biocant, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 38 - «Apreciação, discussão e votação da Autorização para Alienação ou venda das participações que a ABAP e o Biocant detêm em Sociedades Comerciais».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, no fundo se trata de um conjunto de decisões que têm de ser tomadas muito por força do estipulado na Lei n.º 50/2012 que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e da Lei

75/2013 que estabelece o novo regime jurídico das autarquias locais. Acrescentou que existe todo um conjunto de procedimentos que têm de existir, no sentido de, se as entidades que são maioritariamente detidas pela Câmara, neste caso o BIOCANT, tiverem resultados negativos, serem sinalizadas para encerrar. Deu como exemplo o caso da Escola Técnico-Profissional da Mealhada, onde aquela Câmara, não teve outra solução senão alienar a sua participação na escola a outra entidade, entidade essa que irá, com certeza, continuar a prosseguir com os interesses e os objetivos para a qual foi criada. No caso do Biocant, informou que foram criadas, através de uma capital de risco, meia dúzia de empresas, nas quais alguns investigadores colocaram capital. Informou ainda que há interesse em continuar a deter a participação em empresas que, no momento, são deficitárias pelo facto de se encontrarem uma fase de arranque e de investimento e em que aproveitam os fundos comunitários. Informou ainda que, o que se pretende é alienar a participação daquelas empresas, nuns casos o capital investido no Biocant, noutros casos, as consultorias e todo o apoio prestado para a criação das mesmas aos investigadores, aos quais se pretende, no limite, vender simbolicamente por 1,00 € a sua participação, passando a assumir a totalidade daquelas empresas. Mais informou que, o esforço financeiro do Biocant naquelas empresas foi nulo até ao momento, esperando-se que, com a alienação do património àquelas empresas, outras empresas possam adquiri-lo. Informou ainda que, a BIOCANT VENTURE tem neste momento a participação da PORTUGAL VENTURE, capital de risco estatal de cerca de 4.000.000,00 €. Esclareceu de seguida que, o que se propõe à Assembleia Municipal, no fundo é uma autorização para a alienação das participações naquelas sociedades comerciais e que mandatem eventualmente o Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, para diligenciar no sentido

daquela alienação, esperando que, se tudo correr bem, na próxima Assembleia poder trazer o resultado da alienação daquelas empresas. De seguida deu alguns exemplos de outros parques tecnológicos, entre outros o IParque em Coimbra, o Avepark em Guimarães, o Tagus Parque em Oeiras, os quais também se encontram sinalizados para encerrar, mas cujo entendimento generalizado é de que são para manter, pois são indutores de desenvolvimento e que têm de continuar a existir. No caso de Cantanhede, a solução encontrada é a que se propõe, mantendo-se a estrutura da associação sem fins lucrativo o máximo possível e assim manter a marca Biocant Parque através da cessão de exploração e da alienação das participações que a ABAP e o Biocant detêm nas sociedades comerciais que lá se encontram instaladas.-----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual referiu que, na sua opinião, trabalhar com capitais de risco ou ter estas decisões em capitais de risco, não é fácil, sobretudo quando se trabalha no caso concreto do BIOCANT, com biotecnologia. Acrescentou que ele próprio, que já teve a oportunidade de trabalhar na indústria farmacêutica durante 24 anos, conheço bem as necessidades de há 15 ou 20 anos atrás, as farmacêuticas terem novos desenvolvimentos e produtos que não fossem da investigação da ID tradicional. Referiu ainda que, a visão deste parque tecnológico é realmente uma visão importantíssima, estratégica e de uma visão de futuro muito importante, embora as decisões sobre empresas que trabalham muito em termos de futurologia ou da disponibilidade de dar ou não dar, é um risco enorme. Acrescentou que, a partir de determinada altura, há variadíssimos exemplos, tal como o IPN em Coimbra que é um brilhante exemplo de uma estrutura que desenvolveu empresas hoje perfeitamente reconhecidas a nível mundial, tais como a Crioestaminal, a Critical e a Tecnowinde. Alertou ainda, para o facto de

certas decisões terem de ser tomadas num momento muito oportuno, num momento próprio, não sendo possível esperar por Assembleias Municipais que ocorrem periodicamente para serem tomadas. Finalmente, referiu que, o que está em causa neste ponto é o facto de se dar ao BIOCANT, a possibilidade de alienar as suas participações, sugerindo que, sempre que possível que essa alienação fosse concretizada.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocada a votação a autorização para Alienação ou venda das participações que a ABAP e o Biocant detêm em Sociedades Comerciais, mandatando o Sr. Presidente da Câmara para o efeito, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 20 horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: